

INVENTÁRIO CULTURAL DE PROTEÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

**Relatório Final de Execução -
Inventário Cultural de Proteção do Rio São Francisco**



BELO HORIZONTE

ABRIL 2016

INVENTÁRIO CULTURAL DE PROTEÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO**LISTA DE FIGURAS:**

Figura 1: Construção do Mapa de Percepção em Pirapora/MG.	11
Figura 2: Construção do Mapa de Percepção em Pirapora/MG.	11
Figura 3: Pescador Artesanal – Pirapora/MG.....	14
Figura 4: Mapa de Minas Gerais, destaque para a area do projeto.....	15
Figura 5: Quadro esquemático do processo de seleção dos bens inventariados.....	17
Figura 6: Modo de fazer rede de pesca – Manga/MG	18
Figura 7: Benzeção – Manga/MG	18
Figura 8: Vista aérea do cais de Pirapora/MG.....	22
Figura 9: Navio Rio Branco ancorado no porto fluvial de Pirapora/MG	22
Figura 10: Cais de Pirapora com o Vapor Benjamim ancorado.	22
Figura 11: Vapor Prudente de Moraes ancorado no porto de Januária/MG	23
Figura 12: Vista aérea do cais de São Romão/MG.	23
Figura 13: Vista aérea de São Francisco/MG destaque para a área do cais e conjunto arquitetônico da igreja.	24
Figura 14: Vista do cais de São Francisco/MG.	24
Figura 15: Vista da igreja de São Francisco/MG.....	24
Figura 16: Fachada principal do antigo Prédio da Escola de Aprendizes Marinheiros – Buritizeiro.	25
Figura 17: Construção Escola de Aprendizes de Marinheiro – Pirapora (atual Buritizeiro). ...	25
Figura 18: Vista aérea do antigo Prédio da Escola de Aprendizes Marinheiros – Buritizeiros/MG.	25
Figura 19: Prédio da Capitania dos Portos – Pirapora (MG).	26
Figura 20: Planta do Km 1.006 à Estação da Independência à margem esquerda do Rio São Francisco.	27
Figura 21: Vista aérea do Complexo ferroviário Pirapora/MG – Buritizeiros/MG.	27
Figura 22: Vista aérea da Estação Independência – Buritizeiros/MG.....	28
Figura 23: Vista aérea da Estação Pirapora/MG.	28
Figura 24: Vista da Estação Independência – Buritizeiro/MG.	28
Figura 25: Vista da Estação Pirapora/MG.	28
Figura 26: Construção da Ponte Marechal Hermes	28
Figura 27: Detalhe da estrutura metálica da ponte.....	28
Figura 28: Sobrado, Januária/MG	30
Figura 29: Escola (Antigo Grêmio Recreativo Mário dos Santos Reis), Januária/MG	30
Figura 30: Sobrado Comercial, Januária/MG	30
Figura 31: Prefeitura Municipal, Januária/MG.....	30
Figura 32: Igreja de Nossa Senhora do Rosário.....	31
Figura 33: Prédio da antiga Cadeia de São Romão	31
Figura 34: Igreja de Nossa Senhora da Conceição – Pedras de Maria da Cruz/MG.	33
Figura 35: Encontro do Rio das Velhas com o Rio São Francisco.....	34

INVENTÁRIO CULTURAL DE PROTEÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Figura 36: Ponte em Barra do Guaicuí/MG.....	35
Figura 37: Corredeiras do Rio São Francisco – Buritizeiro e Pirapora.....	36
Figura 38: Doce de Buriti – Buritizeiro	39
Figura 39: Mulheres no trabalho de descascar a mandioca – Manga/MG.....	40
Figura 40: Casal descascando o baru para produção da Paçoca de Baru – Ibiaí/MG.....	40
Figura 41: Folia do Divino – Comunidade de Gerais Velho – Ubaí/MG	42
Figura 42: Ritual de Encomendação das Almas – Manga/MG	44
Figura 43: Tele centro comunitário da Comunidade Quilombola de Palmeirinha..	48
Figura 44: Cruzeiro da Comunidade Quilombola de Palmeirinha.....	48
Figura 45: Foliões.	49
Figura 46: Cavaleiro do Gerais Velho.	49
Figura 47: Roncoio.....	51
Figura 48: Dona Rosalina tocando o roncoio.	52
Figura 49: Violeiros, São Francisco/MG.	56
Figura 50: Violas confeccionadas na cidade de São Francisco.....	56
Figura 51: Capa do Cadernos do Patrimônio Imaterial	58
Figura 52: Material divulgação exposição.....	59

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Resumo das Referências apontadas nos mapas de percepção.....	12
Tabela 2: Comunidades Tradicionais Inventariadas pelo Projeto São Francisco.....	48

INVENTÁRIO CULTURAL DE PROTEÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO**SUMÁRIO**

1	INTRODUÇÃO	5
2	DESENVOLVIMENTO E METODOLOGIA.....	7
2.1	Inventário Cultural de Proteção do Rio São Francisco: da idealização à execução.....	7
2.2	Metodologia do IPAC/MG e novas experiências	9
2.3	Território do Inventário	13
2.4	Seleção, tratamento dos dados coletados e elaboração das fichas de inventário. ...	17
3	APONTAMENTOS E RECOMENDAÇÕES PARA A SALVAGUARDA.....	20
3.1	Indicações para Tombamento	21
3.1.1	Vestígios da navegação comercial no rio São Francisco	21
3.1.2	Complexo Ferroviário Pirapora – Buritizeiro.....	26
3.1.3	Marcos construtivos da colonização - Séculos XVII, XVIII e XIX	29
3.1.4	Marcos naturais.....	33
3.2	Indicações para Registro	36
3.2.1	Cozinha Tradicional do Norte de Minas	36
3.2.2	Folias de Minas	41
3.2.3	Incelenças e Rezas	42
3.2.4	Povos e Comunidades Tradicionais do Rio São Francisco/MG	46
3.2.5	Modo de fazer e tocar o roncoio.....	50
3.2.6	Modo de fazer e tocar a viola caipira	54
3.3	Recomendações Gerais para Salvaguarda:.....	57
4	RESULTADOS	58
4.1	Banco de dados.....	58
4.2	Publicação e Exposição	58
4.3	Participações em eventos	60
5	CONCLUSÃO	61
6	REFERÊNCIAS.....	63

INVENTÁRIO CULTURAL DE PROTEÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

1 INTRODUÇÃO

O presente relatório tem por objetivo apresentar a trajetória de execução do *Inventário Cultural de Proteção do Rio São Francisco*, realizado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG nos últimos três anos. Na construção do texto foram abordados diversos temas como o desenvolvimento, a metodologia criada e aplicada durante a pesquisa, os apontamentos e indicações para a salvaguarda e proteção para os bens culturais inventariados e identificados e, por fim, os resultados e conclusões alcançados com a sua execução. A expectativa é que, com a leitura do relatório e de seus anexos¹, seja possível vislumbrar parte do território sanfranciscano e de sua cultura. Além disso, outro objetivo é apresentar o processo de pesquisa, a interação com a comunidade, os recortes do objeto e as seleções realizadas.

O *Inventário Cultural de Proteção do Rio São Francisco* foi desenvolvido pelo IEPHA/MG em parceria com o Núcleo de História Regional da Universidade Estadual de Montes Claros – NUHICRE/UNIMONTES, entre os anos de 2012 e 2015². A metodologia aplicada tem suas bases no Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Minas Gerais – IPAC/MG, programa criado e executado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG desde a década de 1980³.

No processo de pesquisa foram inventariados bens culturais dos municípios de Pirapora, Buritizeiro, Várzea da Palma, Icaraí de Minas, Ibiaí, Ponto Chique, São Romão, Ubaí, Pintópolis, São Francisco, Pedras de Maria da Cruz, Januária, São João das Missões, Itacarambi, Jaíba, Matias Cardoso e Manga, cidade limítrofe do Rio São Francisco na divisa entre Minas e Bahia⁴.

Grosso modo, baseando-se na estrutura metodológica do IPAC/MG, o *Inventário Cultural do Rio São Francisco* foi organizado em quatro etapas de trabalho. Primeiramente, a

¹ Ver INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA/MG. *Inventário Cultural de Proteção do Rio São Francisco*. Belo Horizonte: IEPHA/DPM/GPI, 2016. 924p.; e INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA/MG. Fontes para a pesquisa das referências culturais – Inventário Cultural de Proteção do Rio São Francisco. Belo Horizonte: IEPHA/DPM/GPI, 2016. 594 p.

² No tópico *Metodologia e Desenvolvimento* desse relatório é apresentado o detalhamento do período de execução do projeto.

³ O IPAC/MG, ao longo dos anos, identificou mais de 5000 bens culturais, distribuídos em diversas categorias como Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas, Bens Móveis, Bens Integrados, Arqueológicos, Espeleológicos, Paisagísticos, Lugares, Celebrações, Saberes, Formas de Expressão e outros.

⁴ A seleção do sítio a ser pesquisado teve como justificativa o princípio da regionalização, instituído pela Portaria IEPHA/MG Nº 36/2008, bem como necessidades metodológicas e orçamentárias. Outros detalhamentos no item *Metodologia e Desenvolvimento*.

INVENTÁRIO CULTURAL DE PROTEÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

equipe técnica se atentou para o levantamento das *Referências Culturais*⁵ da região pesquisada. Esta etapa foi constituída pela aplicação dos *Mapas de Percepção*⁶ e pelo levantamento das *Fontes para a pesquisa das Referências Culturais*⁷. O resultado foi a identificação de mais de 2903 itens em 587 fontes de 57 acervos distintos. A partir da análise dessas fontes e das referências indicadas nos mapas de percepção, os bens culturais que seriam alvos de pesquisa foram apontados.

A segunda etapa foi constituída pela pesquisa de campo (realização de entrevistas semiestruturadas, produção fotográfica e audiovisual), leitura e análise das fontes pesquisadas, elaboração das fichas de inventário, bem como a revisão do material produzido.

Na terceira etapa foi realizada a avaliação e indicação técnica dos bens culturais que seriam alvo de reconhecimento e proteção pelo IEPHA/MG por meio do Registro e/ou do Tombamento, a consolidação das informações, além da realização do Relatório Final do *Inventário Cultural de Proteção do Rio São Francisco*. Nessa etapa levou-se em consideração critérios tais como: os apontamentos de necessidades e os planos de ação indicados nas fichas de inventário, a reincidência do bem cultural na região, entre outros.

Os apontamentos para a salvaguarda existentes ao final desse relatório, como a proposição de Registros e Tombamentos, correspondem a quarta etapa e passam a compor o Plano de Trabalho da Diretoria de Proteção e Memória do instituto, e a expectativa é que ocorra o desdobramento dos processos de proteção e salvaguarda dos bens culturais indicados. Por fim, além das ações que deverão ser concretizadas na esfera estadual, acredita-se que a pesquisa servirá como indicativo para ações e reconhecimento dos bens culturais por outros entes federados.

⁵ As *Referências Culturais* dizem respeito ao universo cultural que circunda indivíduos e grupos, e nos quais eles se reconhecem, valorizam e que, portanto, adquirem sentidos. Englobam um conjunto de elementos que transitam entre a materialidade e a imaterialidade. Conforme enfatizam Maria Cavalcanti e Maria Fonseca, *a referência cultural é um conceito-chave na formulação e na prática da política brasileira de salvaguarda*. CAVALCANTI, Maria Laura; FONSECA, Maria Cecília Londres. Patrimônio Imaterial no Brasil. Brasília: UNESCO, Educarte, 2008.

⁶ Para maior detalhamento observar o item *Metodologia e Desenvolvimento*, deste relatório.

⁷ Constitui-se na primeira etapa do processo e está disponível para consulta no IEPHA/MG. INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA/MG. *Fontes para a pesquisa das referências culturais* – Inventário Cultural de Proteção do Rio São Francisco. Belo Horizonte: IEPHA/DPM/GPI, 2016. 594 p.

INVENTÁRIO CULTURAL DE PROTEÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

2 DESENVOLVIMENTO E METODOLOGIA

2.1 Inventário Cultural de Proteção do Rio São Francisco: da idealização à execução.

O IEPHA/MG tem por finalidade pesquisar, proteger e promover o patrimônio cultural, por meio da execução da política de preservação do Estado de Minas Gerais, cabendo-lhe, entre outras coisas, a adoção de medidas administrativas, tais como o inventário, a vigilância, o tombamento e o registro, para a consecução dos seus objetivos.

Pensando nessa perspectiva, o IEPHA/MG iniciou sua trajetória de atuação na região do Rio São Francisco ainda na década de 1980, quando uma equipe técnica do instituto percorreu o rio, inventariando os bens culturais localizados nessa área. Na época, a equipe composta por historiadores, arquitetos e restauradores, inventariou Estruturas Urbanísticas e Arquitetônicas, tais como igrejas, fazendas, edifícios comerciais, praças e residências; Patrimônios Arqueológicos e Espeleológicos, como grutas, lapas, abrigos e paredões; e Bens Móveis e Integrados, como retábulos, forros e imaginárias.⁸ Os inventários realizados nessa época integram o banco de dados do IPAC/MG, que já identificou mais de 5000 bens culturais em todo estado.

Posteriormente, entre 1990 e 1993, o instituto iniciou um projeto denominado “Ruínas de Mocambinho”, visando a realização de pesquisa histórica, arquitetônica e arqueológica sobre as ruínas da Capela de Mocambinho, situado à beira do Rio São Francisco, no município de Jaíba.⁹ Além das pesquisas a equipe elaborou relatórios técnicos com vistas à recuperação e revitalização do Sítio Histórico de Mocambinho, as ações foram interrompidas durante alguns anos e atualmente as ruínas são objeto de tombamento pelo IEPHA/MG.

No decorrer dos anos a intenção de proteger e salvaguardar os bens culturais da região do norte de Minas continuou presente no IEPHA/MG e, entre os anos de 2005 e 2007, o Alto-Médio São Francisco foi novamente alvo da idealização de alguns projetos. As propostas tinham como justificativa, entre outros motivos, “as ameaças cada vez mais acentuadas à continuidade das tradições, por fatores externos de natureza diversa, o desconhecimento, os juízos desqualificativos e o desestímulo dos agentes ou produtores das

⁸ Municípios contemplados: Itacarambi -1986, Januária - 1984/1985, Manga - 1985, Matias Cardoso - 1985, Montes Claros - 1985, São Francisco - 1985. O material referente à execução do inventário se encontra na Gerência de Documentação e Informação – GDI do IEPHA/MG.

⁹ O projeto foi realizado por solicitação da Companhia do Vale do São Francisco (CODEVASF), em atendimento às medidas mitigadoras do licenciamento ambiental do projeto de irrigação Jaíba. Este trabalho também está disponível na GDI.

INVENTÁRIO CULTURAL DE PROTEÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

expressões locais”¹⁰. Naquela, perspectiva o projeto tinha por objetivo “identificar bens a serem inventariados, tombados e ou registrados nos níveis municipal e estadual” e “promover seu reconhecimento, sua valorização e sua salvaguarda”¹¹. Contudo, a execução desses projetos não foi concretizada.

Em 2010, o Rio São Francisco foi mais uma vez colocado em pauta. A proposta, sob o nome de *Projeto de Inventário para Fins de Salvaguarda e de Proteção do Patrimônio Cultural no Vale do Rio São Francisco*, visava abranger vários setores do IEPHA/MG, a fim de promover a proteção e a salvaguarda tanto do patrimônio cultural material quanto do imaterial. Este foi o projeto base que estruturou as ações desse inventário. Assim, em 2011, foi criado um grupo de trabalho para pesquisa do rio São Francisco. Concomitantemente, iniciaram-se as primeiras viagens exploratórias na região e a identificação de parceiros locais como a Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes para a execução do projeto. No mesmo ano, a Gerência de Patrimônio Imaterial - GPI, juntamente com a Gerência de Identificação – GID, realizou visitas em diversos municípios como Pedras de Maria da Cruz, São Francisco, Icaraí de Minas, Pintópolis, São Romão, Santa Fé, Manga, São João das Missões, Januária, Pirapora, Buritizeiro, Várzea da Palma, Ibiaí, Ponto Chique, Ubaí, Itacarambi, Jaíba, Matias Cardoso e Montes Claros. A partir dessas viagens, foi elaborado o termo de referência futuramente celebrado entre IEPHA/MG e o Núcleo de História Regional da Unimontes – NUHICRE.

Em relação aos recursos, o projeto foi financiado pelo IEPHA/MG e pelo Ministério Público de Minas Gerais - MPMG, por meio da Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico, que destinou os recursos de um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC para a execução do projeto. Com isso, em 2012, o recurso foi encaminhado para a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Superior do Norte de Minas – FADENOR, entidade sem fins lucrativos, que assessora a Unimontes no planejamento da pesquisa científica, tecnológica, de ensino e de extensão, e que ficou responsável pela distribuição dos recursos financeiros. O IEPHA/MG ficou responsável pela coordenação técnica geral do projeto bem como pela fiscalização da aplicação dos valores.

¹⁰ IEPHA/MG. Patrimônio Cultural do Rio São Francisco - Bens Culturais Materiais e Imateriais do Alto e Médio Vale. 2006.

¹¹ IEPHA/MG. Patrimônio Cultural do Rio São Francisco - Bens Culturais Materiais e Imateriais do Alto e Médio Vale. 2006.

INVENTÁRIO CULTURAL DE PROTEÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Assim, após algumas readequações, projeto, recebeu o título de *Inventário Cultural de Proteção do Rio São Francisco* e se iniciou em 2012, com a compra de material tecnológico, como câmeras digitais, notebooks, GPSs, gravadores, filmadoras, HDs, scanners e com o pagamento de bolsas para a equipe de estagiários e o custeio das viagens de campo.

2.2 Metodologia do IPAC/MG e novas experiências

O *Inventário Cultural de Proteção do Rio São Francisco* seguiu as definições do Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Minas Gerais – IPAC/MG, programa de pesquisa dinâmico e sistemático desenvolvido pelo IEPHA/MG, desde a década de 1980. A metodologia foi concebida com a intenção de criar um sistema de trabalho próprio e que contribuísse para o planejamento e a execução das atividades do instituto. As atividades do inventário se baseiam em três eixos: 1) identificação, mapeamento e cadastramento; 2) pesquisa, análise e arquivamento; 3) disponibilização, divulgação e atualização dos dados levantados.

O programa também tem por objetivo contemplar os 853 municípios do estado, a partir de investigações e análise, com vistas a ter um panorama geral do acervo cultural de Minas Gerais, e gerar conhecimento, valorização e divulgação do acervo inventariado. Outra prerrogativa relacionada aos municípios é o incentivo para que elaborem seus próprios inventários, sendo inclusive um dos itens que podem conferir pontuação no âmbito da Lei 13.803/2000, que se refere ao ICMS Patrimônio Cultural¹².

É importante ressaltar, que em sua trajetória, o IPAC/MG, passou por alterações estruturais como a inclusão de novos campos de informação em algumas fichas e a integração de outras categorias como, por exemplo: cartografia, arquivos, patrimônio arqueológico e sítios naturais. Nos anos 2000 houve também a inserção das categorias de bens culturais de natureza imaterial, entre elas, Saberes, Modos de Fazer, Ofício, Celebrações e Ritos, Formas de Expressão, Lugares e Mestre – Pessoa. Esse processo está associado principalmente às novas perspectivas do patrimônio cultural e conseqüentemente as legislações existentes. No caso de Minas Gerais, a matéria é regulamentada pelo Decreto

¹² A sigla ICMS se refere ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços. O Patrimônio Cultural é um dos critérios de distribuição do ICMS entre os municípios mineiros. Sua ordenação depende do desenvolvimento de ações referentes à salvaguarda do Patrimônio Cultural do município, que por sua vez são analisadas pelo IEPHA/MG, órgão competente para tal operação.

INVENTÁRIO CULTURAL DE PROTEÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

42.505 de novembro de 2002, que institui as formas de Registros de Bens Culturais de Natureza Imaterial do estado.

Outra norma que fortaleceu o IPAC/MG, como ferramenta de levantamento, identificação e documentação, foi a Portaria Nº 29 de setembro de 2008, que coloca o inventário também como medida administrativa de proteção do patrimônio cultural de Minas Gerais. A Portaria salienta ainda que o instrumento do inventário poderá possibilitar a criação de políticas públicas locais e estaduais que promovam a continuidade do bem cultural.

Desse modo, no período de execução do IPAC-São Francisco, a ferramenta já havia sido aplicada em diversos outros contextos e estava melhor consolidada como metodologia de trabalho eficaz na identificação e reconhecimento dos bens culturais do estado. Ainda assim, outras reformulações foram estabelecidas, em razão da diversidade cultural encontrada na região. Conforme mencionado, um dos itens inseridos nesse processo de reformulação foi a incorporação da perspectiva das *Referências Culturais* na construção do patrimônio cultural.

Segundo CAVALCANTI e FONSECA, “falar em *referências culturais* significa dirigir o olhar para representações que configuram uma ‘identidade’ da região para seus habitantes, e que remetem à paisagem, às edificações e aos objetos, aos ‘fazeres’ e ‘saberes’, às crenças e hábitos”¹³. Esse entendimento foi um dos critérios base utilizados ao longo da identificação e seleção dos elementos que compõem o universo cultural encontrado na região do Rio São Francisco. Isto porque o olhar dado a partir das referências culturais destaca a relevância identitária, a memória associada e o pertencimento dos diferentes grupos sociais a sua própria produção cultural, estando expressos tanto em sua dimensão imaterial quanto material.

Esse olhar foi ajustado para realizar o levantamento das *Fontes para a pesquisa das Referências Culturais*¹⁴, trabalho que resultou na identificação dos 2903 itens espalhados em 587 fontes de 57 acervos distintos. Nesse processo foram consultados jornais, revistas, teses, dissertações, monografias, textos técnicos, vídeos, fotos, áudios, revistas e outros

¹³ CAVALCANTI, Maria Laura; FONSECA, Maria Cecília Londres. Patrimônio Imaterial no Brasil. Brasília: UNESCO, Educarte, 2008. p. 11.

¹⁴ INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA/MG. *Fontes para a pesquisa das referências culturais* – Inventário Cultural de Proteção do Rio São Francisco. Belo Horizonte: IEPHA/DPM/GPI, 2016. 594 p.

INVENTÁRIO CULTURAL DE PROTEÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

suportes, sempre na expectativa de os resultados auxiliarem a delinear um panorama do patrimônio cultural do norte de Minas.

Um recurso que também possibilitou a apreensão dessas referências foram os *Mapas de Percepção*, ferramenta utilizada em diversas áreas do conhecimento como a Geografia Humana, a Antropologia e a Psicologia. Os mapas trabalham, por um lado, com a percepção do ambiente, ou seja, com a subjetividade do olhar e do sentir de indivíduos e de grupos que expressam seus valores, atitudes e preferências e, por outro, com representações simbolizadas da realidade. O processo de construção dos mapas torna possível a comunicação e o compartilhamento das referências culturais, além de possibilitar, de maneira mais efetiva, a participação da comunidade local e dos detentores dos bens culturais.¹⁵

No caso do Inventário Cultural do Rio São Francisco, os mapas de percepção foram construídos em quatro fóruns locais, realizados em 2012, nos municípios de Brejo São Caetano em Manga, Januária, Pirapora e São Francisco. Participaram dessa elaboração, professores, agentes públicos, moradores das regiões próximas, e principalmente os produtores e detentores da cultura local. Os fóruns contaram com o apoio das prefeituras da região e da Unimontes/MG, que cederam escolas e auditórios para a confecção do material.



Figura 1 – Construção do Mapa de Percepção em Pirapora/MG.
Fonte: IEPHA/MG - Inventário Cultural de proteção do Rio São Francisco.

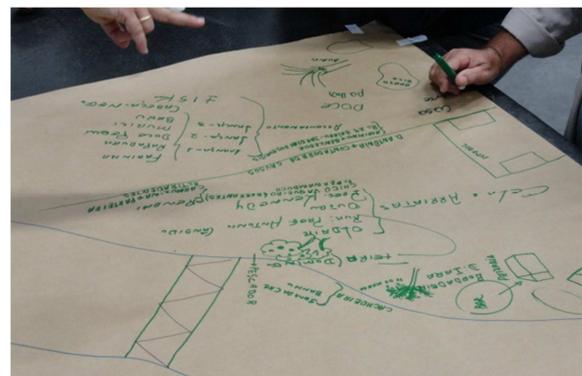


Figura 2 – Construção do Mapa de Percepção em Pirapora/MG.
Fonte: IEPHA/MG - Inventário Cultural de proteção do Rio São Francisco.

No inventário, a aplicação dos mapas foi utilizada como estratégia para identificação dos elementos do patrimônio cultural distribuídos na área de abrangência da pesquisa. Esse trabalho propiciou o contato inicial entre os técnicos e acadêmicos com moradores da região, entre eles, líderes dos grupos, artesãos, mestres e detentores de expressões da cultura. Foi também nessas conversas, com a participação das comunidades locais, que

¹⁵ TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Londrina: Edel, 2012.

INVENTÁRIO CULTURAL DE PROTEÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

houve um maior entendimento e uma definição da área de abrangência do inventário. Visto que os mapas de percepção possibilitaram acessar na memória e imaginação dos envolvidos as expressões e práticas regionais, além de mostrar a relação de pertencimento dos moradores com o espaço à sua volta.

Tabela 1 - Resumo das Referências apontadas nos mapas de percepção

Arqueologia e Espeleologia	29
Celebrações e Ritos	358
Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas	258
Formas de Expressão	274
Lugares	113
Mestres e Praticantes	127
Paisagístico e Natural	70
Ruínas	9
Saberes e Ofícios	362
Sítio	29
TOTAL GERAL	1629

Posteriormente aos fóruns, os itens descritos e/ou desenhados no mapa de percepção foram sistematizados em uma planilha de Excel, sendo agrupados pelas categorias do patrimônio cultural.

Conforme a tabela ao lado, os elementos indicados resultaram em 1629 referências culturais distribuídas entre os 17 municípios selecionados. Em síntese, o quadro revela a diversidade dos elementos que constituem e estruturam a identidade e a cultura da região. Também para exemplificar, o gráfico seguinte apresenta a proporção de cada categoria, demonstrando a expressividade dos elementos associados às festas religiosas, danças, batuques, saberes culinários, entre outros. Ao lado deles, estão também as igrejas e seus largos, estações ferroviárias, serras, cais e portos.

Referências culturais dos mapas de percepção por tipo

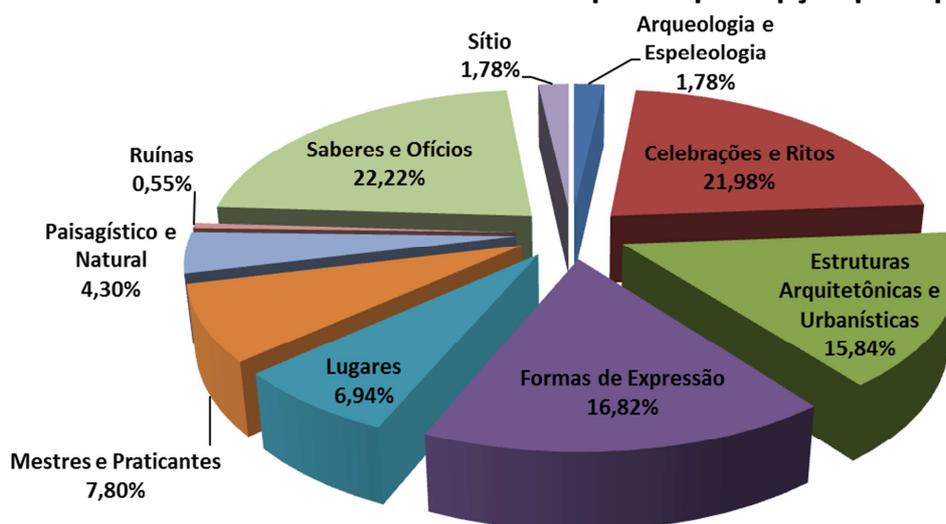


Gráfico 1 – Distribuição das referências culturais do Rio São Francisco por tipo.
Fonte: IEPHA/MG – Inventário Cultural de proteção do Rio São Francisco.

INVENTÁRIO CULTURAL DE PROTEÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Esses dados, após consolidados e analisados, foram o ponto de partida para a seleção técnica dos bens culturais que seriam inventariados, junto às comunidades locais. Eles mostraram a expressividade de determinadas práticas para a cultura local, além de proporcionar o entendimento de que existem elementos que estruturam, compõem e estabelecem uma identidade regional. É importante ressaltar que a reincidência de determinadas referências em todas as localidades foi decisiva para o inventário, pois ela traduziu a percepção do norte de Minas Gerais como um espaço que produz e reproduz práticas culturais coletivas articuladas com o seu modo de vida, com sua relação com os recursos disponíveis, o rio, a terra, a natureza, os alimentos, as religiosidades e as crenças.

2.3 Território do Inventário

O Rio São Francisco é um dos principais cursos d'água do Brasil e das Américas. Percorre cinco estados brasileiros, nascendo na Serra da Canastra, em Minas Gerais, passando pela Bahia, Pernambuco e fazendo uma divisa natural entre Alagoas e Sergipe, onde desagua no mar. No período anterior à chegada dos portugueses, as margens do Rio já era habitadas e utilizadas pelos indígenas, que o chamavam de *Opará*. O nome utilizado atualmente, São Francisco, está associado à expedição de reconhecimento da costa brasileira, feita por Américo Vespúcio, que chegou a foz do rio em 4 de outubro de 1501, dia de São Francisco de Assis.

Na região que corresponde atualmente a Minas Gerais, Alto Médio São Francisco¹⁶, o processo de ocupação humana remonta ao período pré-histórico e aos diversos fluxos migratórios que se estabeleceram neste território. Foi esse movimento de entrada e saída de múltiplos grupos sociais, bem como sua interação, que possibilitou a formação dos primeiros povoados do norte de Minas, surgidos entre os séculos XVII e XVIII. De forma geral, esses lugarejos, vilas e arraiais originaram os atuais núcleos urbanos e as comunidades tradicionais existentes na região. É importante ressaltar, que, em razão da diversidade de grupos étnicos e culturais que passaram e se estabeleceram na região, a tônica da ocupação desses espaços foi e ainda é marcada por mesclas, interações, conflitos, tensões, relações de

¹⁶ A região de influência do rio, chamada de região sanfranciscana, está dividida em 04 trechos: o *Alto São Francisco* - das nascentes na Serra da Canastra (MG) até a cidade de Pirapora (MG), o *Médio São Francisco* - de Pirapora (MG) até Remanso (BA), *Submédio São Francisco* - de Remanso (BA) até Paulo Afonso (BA), e o *Baixo São Francisco* - de Paulo Afonso (BA) até a foz, entre Sergipe e Alagoas.

INVENTÁRIO CULTURAL DE PROTEÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

dominância, concessões e convivências que provocaram intensas modificações na paisagem e na própria relação das pessoas com o Rio.

Não obstante a existência de uma relação conflituosa as margens do rio, ao longo do tempo, o São Francisco exerceu papel fundamental na dinâmica das populações que viviam e vivem à sua volta, contribuindo para uma produção cultural, social, política e econômica dos autodenominados “povos sanfranciscanos” ou “gente do São Francisco”. Essa população é composta por geraizeiros, pescadores, ribeirinhos, barranqueiros, quilombolas, indígenas, remeiros, vazanteiros, veredeiros, campineiros, catingueiros, chapadeiros, entre outras Comunidades Tradicionais¹⁷ e estão distribuídas ao longo das margens e também nos sertões do São Francisco. A relação íntima que estabeleceram com o rio o torna elemento fundamental para a constituição das identidades locais e de suas formas de subsistência, sociabilidade e organização.



Figura 3 – Pescador Artesanal – Pirapora/MG
Fonte: Acervo UNIMONTES/IEPHA/MG

Foi no intuito de compreender essa região e suas referências culturais que o IEPHA/MG delimitou a área de abrangência do *Inventário Cultural de Proteção do Rio São Francisco*. A

¹⁷ De acordo com o decreto nº 6. 040, que institui a política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais, pode-se agrupar nessa categoria: “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”.

INVENTÁRIO CULTURAL DE PROTEÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

definição também foi motivada pelo princípio da regionalização das ações de salvaguarda do patrimônio cultural mineiro, que visa a descentralização da gestão pública¹⁸.

Inicialmente, a ideia era abranger toda a extensão mineira do Rio São Francisco, mas por questões relacionadas à inviabilidade metodológica, o recorte geográfico foi alterado para a parte navegável do Rio.¹⁹ A delimitação desse recorte tomou como base o processo histórico de ocupação da região e as relações estabelecidas a partir do trânsito fluvial das pessoas que se deu entre o nordeste e o sudeste do Brasil. Tal fluxo tinha como paragem diversos pontos do rio especialmente Barra do Guaicuí, onde o rio São Francisco encontra com o Rio das Velhas, e Pirapora, último ponto do trecho navegável do São Francisco em Minas Gerais.

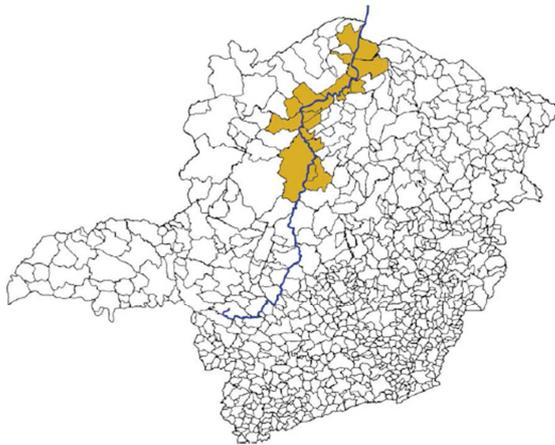


Figura 4 – Mapa de Minas Gerais, destaque para a área do projeto.
Fonte: IEPHA/MG - *Inventário Cultural de proteção do Rio São Francisco*.

A aplicação do inventário compreendeu, portanto, a área denominada Alto Médio São Francisco, situada no norte de Minas Gerais. Esse território corresponde aos limites administrativos dos municípios de Várzea da Palma, Pirapora, Buritizeiro, Icaraí de Minas, Ibiaí, Ponto Chique, São Romão, Ubaí, Pintópolis, São Francisco, Pedras de Maria da Cruz, Januária, São João das Missões, Itacarambi, Jaíba, Matias Cardoso e Manga, município mineiro na divisa com a Bahia.

Sendo assim, o projeto contou com o escopo de 17 municípios abrangendo 26 localidades, entre comunidades quilombolas, indígenas e vazanteiras.

Para compreender esta região como território, recorreu-se a autores como Paul E. Little, que esclarece que a constituição da territorialidade parte do esforço coletivo de grupos sociais “para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de

¹⁸ A regionalização foi instituída pela Portaria IEPHA/MG Nº 36/2008, com o intuito de orientar e permitir a articulação das ações de identificação e de inventário promovidas pelo instituto em um espaço geográfico mais restrito.

¹⁹ Atualmente, de acordo com a Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ existem dois trechos navegáveis no Rio São Francisco: o primeiro está situado entre o município de Pirapora (MG) e o polo Petrolina (PE)/Juazeiro (BA), com 1.371 quilômetros; e o segundo entre Piranhas (AL) e a foz, contendo com 208 quilômetros. ANTAQ/UFSC/LabTrans. *Relatório executivo*. Bacia do Rio São Francisco. Plano Nacional de Integração Hidroviária. 2013

INVENTÁRIO CULTURAL DE PROTEÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território” ou “*homeland*”²⁰. Esse processo de apropriação está diretamente ligado às contingências históricas vivenciadas pelos grupos humanos, ou seja, qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos. No entanto, o autor destaca que outro aspecto fundamental da territorialidade humana é que ela tem uma multiplicidade de expressões, o que remete a um leque muito amplo de tipos de territórios com particularidades socioculturais.

Por outro lado para o geógrafo Nécio Turra Neto, território seria:

[...] um tipo particular de ação, que articula a materialidade e sujeitos sociais em relação, tanto com essa materialidade, quanto entre si e com os outros. Território existe porque existe coexistência da diversidade num mesmo lugar, o que demanda negociação, diálogos, conflitos, forçando os diferentes grupos a se relacionarem com os outros pela demarcação de pedaços com sua identidade e, a partir destes, estabelecer uma relação com a alteridade²¹.

O autor sugere que para compreender determinado território é preciso ter como centro do estudo: “os grupos sociais, suas ações e relações”, privilegiando muito mais as suas dinâmicas de vivência do que a própria materialidade do lugar. Neste sentido, cabe ressaltar, que o olhar aplicado no inventário seguiu essa prerrogativa, buscando compreender a diversidade sanfranciscana, como ela se relaciona com seu rio e sua terra, e quais são os resultados culturais dessa ligação.

Nesse ponto é relevante chamar a atenção para dois fatos. O primeiro é que os municípios citados estão situados às margens do Rio, no entanto, as localidades pesquisadas se distribuem em um território que extrapola a porção ribeirinha abrangendo também áreas de sertão. O segundo é que, percebeu-se, ao longo da pesquisa, que as fronteiras administrativas devem ser relativizadas, pois a construção de um território cultural, em muitos casos, extrapola as construções e delimitações rígidas e fixas criando, a partir de suas práticas, fronteiras fluidas e passíveis de serem transpassadas. Dessa forma, torna-se mais viável a utilização da categoria sítio para lidar com o conjunto de municípios aqui trabalhados.

²⁰ LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Serie Antropologia. Nº 3222. Brasília: DAN/UNB. 2002. P. 1 -33.

²¹ NETO, Nécio Turra. Espaço e Lugar no debate sobre Território. *Revista Geograficidade*. v. 5, n. 1, Verão 2015.

INVENTÁRIO CULTURAL DE PROTEÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO**2.4 Seleção, tratamento dos dados coletados e elaboração das fichas de inventário.**

Esta fase se refere à segunda etapa e trata da seleção das referências culturais que foram inventariadas, bem como da elaboração das fichas de inventário. Nesse momento, as referências culturais identificadas passaram por uma seleção técnica que levou em consideração a importância do bem para seus praticantes, o grau de ocorrência e/ou o risco iminente de perda (Figura 05). Além disso, os bens culturais que já estavam inventariados pelos municípios não foram considerados, visto que já possuíam minimamente uma proteção. Com base nessa seleção, no levantamento das fontes, no entendimento das produções culturais referentes ao território de abrangência do projeto e na participação das comunidades, foram elaboradas 103 fichas de inventário, sendo 76 bens culturais, 26 localidades e uma ficha do sítio como um todo²².



Figura 5 - Quadro esquemático do processo de seleção dos bens inventariados.
Fonte: IEPHA/MG

O conjunto de bens culturais de natureza imaterial selecionado foi classificado, para fins operacionais, de acordo com as categorias do Patrimônio Cultural Imaterial: Saberes, Celebrações, Formas de Expressões e Lugares. Essas categorias se inter-relacionam funcional e espacialmente por meio dos vínculos constitutivos e de pertencimento surgidos ao longo do tempo, identificando locais de procedências a valores coletivos compartilhados.

Os bens foram entendidos ainda por linhas temáticas, a saber: Modos de vida e comunidades tradicionais; Saberes, ofícios e técnicas; Saberes e ofícios das águas; Sabores

²² Para verificação dos bens inventariados ver tabela 01 em anexo.

INVENTÁRIO CULTURAL DE PROTEÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

do sertão mineiro; Ritos e festejos norte-mineiros; Dançar e expressar alegria; Pintura corporal e arte gráfica indígena; Mitos e lendas do São Francisco; Lugares de memória.



Figura 6 – Modo de fazer rede de pesca – Manga/MG
Fonte: IEPHA/MG *Inventário Cultural de proteção do Rio São Francisco.*



Figura 7 – Benzeção – Manga/MG
Fonte: IEPHA/MG *Inventário Cultural de proteção do Rio São Francisco.*

Para a confecção das fichas a equipe da Unimontes/IEPHA realizou pesquisas de campo, entrevistas semiestruturadas, leitura das fontes e da bibliografia, análise dos mapas, produção do acervo fotográfico e audiovisual, a construção dos históricos tanto das localidades quanto dos bens culturais, a descrição das práticas culturais, a transcrição e análise das entrevistas, entre outras inúmeras ações na qual um inventário dessa dimensão demanda. Salienta-se que os bens culturais de natureza material foram contemplados pelos levantamentos já realizados anteriormente pelo IEPHA/MG, e inclusive pelos municípios. Ainda assim, eles foram considerados como referência cultural, representando mais de 20% dos itens identificados.²³

Nas fichas de inventário, os campos de preenchimento contemplaram as origens documentadas e atribuídas, a descrição, os significados simbólicos e socioeconômicos, as identidades construídas em torno das atividades, dentre outros elementos que caracterizam os bens culturais inventariados. Destaca-se aqui que os campos de *possibilidade de continuidade* e de *plano de ação de salvaguarda* presente nas fichas foram essenciais para os apontamentos de outras possíveis ações, como o Registro e o Tombamento.

²³ Um maior detalhamento das referências está no item 03 deste relatório intitulado Apontamentos e indicações para salvaguarda, bem como no volume do IPAC/MG – São Francisco.

INVENTÁRIO CULTURAL DE PROTEÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Por fim, destaca-se nesta fase a participação e o envolvimento dos alunos e professores da região no trabalho de campo e na produção técnica, posto que a proximidade deles com a população local e a identificação com os elementos do seu próprio universo cultural possibilitaram uma análise sensível, sem fazer dispensa do rigor metodológico. Ressalta-se também que todo o material produzido foi revisado e validado pela equipe do IEPHA/MG, e nos casos necessários, o trabalho foi reformulado.

INVENTÁRIO CULTURAL DE PROTEÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

3 APONTAMENTOS E RECOMENDAÇÕES PARA A SALVAGUARDA

O *Inventário Cultural de Proteção do Rio São Francisco* identificou, organizou e produziu uma série de dados e informações referentes ao patrimônio cultural da região. Todo esse acervo, além de permitir o conhecimento e a aproximação da instituição e sociedade, tem por objetivo orientar o IEPHA/MG e seus parceiros na construção de ações de salvaguarda que contribuam para a preservação de modos de vida, saberes, marcos construtivos, enfim, o patrimônio cultural identificado pelos coletivos sociais.

Nesse sentido, a etapa seguinte será a de verticalizar e aprofundar as pesquisas nos bens culturais indicados para reconhecimento, prevendo a construção de salvaguardas amplas e eficazes como a produção de construção de Dossiês de Registro e/ou Tombamento, vigilância, fiscalização, interlocução e ampliação do inventário.

A seleção do que será alvo dessa etapa, levou em consideração critérios como o de representatividade, reincidência no sítio, existência de risco iminente, particularidades, tempo de existência, vigência e situação de conflito ou vulnerabilidade. Nesse processo de seleção um aspecto que vale ser destacado é a dissiminação dos bens culturais em todo o sítio, posto que ela foi decisiva para compreender quais referências culturais locais são mais expressivas e carregadas de significados. Esta percepção mostrou e evidenciou o norte de Minas Gerais como um espaço que produz e reproduz práticas culturais coletivas partilhadas entre si e articuladas com o seu modo de vida, com sua relação com os recursos disponíveis, o rio, a terra, a natureza, os alimentos, as religiosidades e as crenças.

Neste perspectiva, os bens culturais imateriais indicados para o Registro destacam-se pela reincidência, como o caso do sistema culinário praticado nos vários municípios pesquisados denotando a existência de uma cozinha tradicional sanfranciscana. O mesmo ocorre com as folias de reis que se tratar de uma manifestação religiosa de ocorrência em todo Estado, e tem importante relação com a região do São Francisco. A viola, entendida como instrumento referência da cultura mineira, também foi evidenciada por ser marcadamente um símbolo da cultura encontrada na região de pesquisa. Por outro lado, determinados conhecimentos e práticas se revelam sob ameaça e risco de desaparecimento, é o caso das Incelenças – rezas praticadas por senhoras – e o modo de fazer o roncoio – tambor utilizado nas rodas de batuque.

INVENTÁRIO CULTURAL DE PROTEÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Um ponto importante a destacar no trabalho desenvolvido no Inventário Cultural de Proteção do Rio São Francisco, foi a dimensão do caráter interlocutório existente entre patrimônio cultural material e imaterial, compreendidos muitas vezes como categorias opostas ou isoladas, mas aqui entendidas como extensões uma da outra. Assim a estratégia desenvolvida ao longo da pesquisa foi ao encontro da necessidade de compreender essas instâncias a partir de suas relações complementares, fato evidenciado pelas apropriações estabelecidas pelas comunidades com seus lugares de referência.

Nos apontamentos dos mapas de percepção, diversos marcos naturais e edificados como indicados como referência cultural para a região. Dos 1629 itens citados como aspectos significativos que compõem a cultura e a identidade local, 258 relacionam-se às estruturas Urbanísticas e Arquitetônicas, 70 aos conjuntos paisagísticos e naturais, 29 aos acervos arqueológicos e espeleológicos, e 09 às ruínas.

Assim, no que se refere ao patrimônio indicado para tombamento, foram selecionados: os Vestígios da navegação comercial no rio São Francisco, o Complexo Ferroviário Pirapora – Buritizeiro; os Marcos construtivos dos processos de colonização da região / Séculos – XVII, XVIII e XIX, e os Marcos Naturais do São Francisco.

Intenciona-se, além dos Tombamentos e Registros, a construção de planos de salvaguarda para o Patrimônio Cultural do Rio São Francisco, a fim de fortalecer e dar visibilidade as referências culturais dos grupos sociais em sua heterogeneidade e complexidade. Buscar-se-á promover a apropriação simbólica e o uso sustentável dos recursos patrimoniais para a sua preservação e para o desenvolvimento econômico, social e cultural do Estado.

3.1 Indicações para Tombamento

3.1.1 Vestígios da navegação comercial no rio São Francisco

Durante a execução do inventário apareceram diversos marcos culturais relacionados a navegação do rio São Francisco. O empreendimento dessa atividade modificou significativamente a paisagem, a economia e a cultural da região, ao longo dos anos, especialmente a navegação comercial ocorrida na segunda metade do século XIX até meados do século XX. O rio sempre foi uma via natural para os deslocamentos e, antes

INVENTÁRIO CULTURAL DE PROTEÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

mesmo dos colonos portugueses se estabelecerem em seu leito, os nativos que viviam em suas margens já o utilizavam em suas canoas para navegar e percorrer seus afluentes.

A vocação do rio para o transporte sempre foi clara, tanto que, na segunda metade dos oitocentos, o governo imperial de Dom Pedro II se ocupou em empreender o desenvolvimento da navegação para atender o transporte de carga e passageiros com os vapores. Os projetos elaborados foram variados, cabendo o pioneirismo a nomes como James Wells, Henrique Halfeld, Henrique Dumont e Guilherme Kopke. Por fim, os estudos do Engenheiro Halfeld, apontaram a possibilidade de navegação de Pirapora em Minas até Juazeiro na Bahia. Assim, em meados do século XIX, os vapores Saldanha Marinho e Presidente Dantas tiveram a primazia de iniciar a navegação a vapor no rio São Francisco.



Figura 8: Vista aérea do cais de Pirapora/MG.
Fonte: Google Earth



Figura 9: Navio Rio Branco ancorado no porto fluvial de Pirapora/MG
Fonte: APM. Arquivo Público Mineiro. Coleção: Nelson Coelho Senna.
Notação: NCS-228. Sem Autoria, 1923.



Figura 10: Cais de Pirapora com o Vapor Benjamin ancorado.
Fonte: Google Earth.

INVENTÁRIO CULTURAL DE PROTEÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Em pouco tempo, o transporte do trecho se consolidou e os vapores passaram a ser referência na paisagem do rio. O desenvolvimento em toda a região foi bastante acentuado, principalmente em Pirapora com a instalação de indústrias e empórios, também motivados pela ligação direta com Rio de Janeiro pela Estrada de Ferro Central do Brasil²⁴.



Figura 11: Vapor Prudente de Moraes ancorado no porto de Januária/MG
Fonte: APM. Arquivo Público Mineiro. *Coleção: Nelson Coelho Senna.*
Notação: NCS-064. Autor: Olympio Moura, 1910.

Muitos foram os indivíduos que chegaram à Pirapora e as outras cidades lindeiras ao rio São Francisco, em vapores vindos do norte e nordeste do Brasil. Muitas dessas pessoas tinham como destino o Rio de Janeiro e São Paulo, mas muitas também permaneceram nas cidades pelo do caminho, ajudando em seu crescimento e influenciando sua cultura.

Nesse contexto de desenvolvimento intenso e de movimentação populacional, foram criadas diversas estruturas para a navegação e para as atividades correlatas como portos, cais, escolas, galpões e outras que são o objeto para a proposta de proteção por tombamento. Correspondem, principalmente, aos **Portos e Cais de Januária, Manga, Pirapora, São Francisco e São Romão;**



Figura 12: Vista aérea do cais de São Romão/MG.
Fonte: Google Earth

²⁴ IEPHA. Guia dos bens tombados IEPHA-MG. 1.ed. Belo Horizonte: Margem 3 – Comunicação estratégica, 2011, v. 1, p. 57.

INVENTÁRIO CULTURAL DE PROTEÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Figura 13: Vista aérea de São Francisco/MG destaque para a área do cais e conjunto arquitetônico da igreja.
Fonte: Google Earth



Figura 14: Vista do cais de São Francisco/MG.
Fonte: Google Earth



Figura 15: Vista da igreja de São Francisco/MG.
Fonte: Google Earth

Destaca-se, também, as construções relacionadas com a formação dos marinheiros e de regulamentação da atividade como o antigo **Prédio da Escola de Aprendizes Marinheiros** em Buritizeiro e a **Capitania dos Portos** de Pirapora.

INVENTÁRIO CULTURAL DE PROTEÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO



Figura 16: Fachada principal do antigo Prédio da Escola de Aprendizes Marinheiros – Buritizeiro.

Fonte: FUCAM



Figura 17: Construção Escola de Aprendizes de Marinheiro – Pirapora (atual Buritizeiro).

Fonte: APM/MG

A construção do antigo Prédio de Aprendizes Marinheiros foi iniciada em 1905 e entregue em 1908 e possui um estilo neoclássico. O objetivo da edificação era abrigar um centro na formação de marinheiros. É tombado pelo município e atualmente sedia a Fundação Estadual Caio Martins - FUCAM.²⁵



Figura 18: Vista aérea do antigo Prédio da Escola de Aprendizes Marinheiros – Buritizeiros/MG.

Fonte: Google Earth

²⁵ Em relação à edificação existe um processo não instruído junto ao Iphan de 1993: MG Buritizeiro casa: Coronel José Geraldo (praça) - prédio da Fundação Educacional Caio Martins - Fucam, Buritizeiro, Minas Gerais edificação instrução 1332 1993.

INVENTÁRIO CULTURAL DE PROTEÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

O edifício da Capitania dos Portos em Pirapora também é outra construção erguida em função da navegação do Rio São Francisco. Inaugurado em 15 de novembro de 1929, a instituição tinha como princípio regulamentar e fiscalizar o tráfego no rio.



Figura 19: Prédio da Capitania dos Portos – Pirapora (MG).
Fonte: Google Earth.

Vale ressaltar que esses são alguns bens identificados ao longo da pesquisa e que caberá ao grupo de trabalho ratificar, ou não, a proposição para o tombamento sob o mote dos vestígios da navegação. Caberá também estruturar um parecer

com os devidos levantamentos técnicos sobre tais bens e outros que por ventura se enquadrarem nos argumentos propostos.

3.1.2 Complexo Ferroviário Pirapora – Buritizeiro

No levantamento das referências culturais do projeto São Francisco e nos apontamentos dos marcos das localidades, as estruturas relacionadas a ferrovia em Pirapora e Buritizeiro foram temas recorrentes. A memória relativa ao transporte ferroviário na região é forte, especialmente se pensada integrada a navegação fluvial feita pelos vapores, que estabelecia uma conexão entre Pirapora e o nordeste do país.

A estrutura ferroviária que reúne a estação Ferroviária de Pirapora, a Ponte Marechal Hermes²⁶ e a Estação Independência em Buritizeiro, fazem parte de um ambicioso projeto de infraestrutura, executado no início do século XX, e que tinha por objetivo a interligação do Rio de Janeiro, então capital federal, a Belém no Pará. A integração do litoral ao interior sempre foi uma vontade das administrações luso-brasileiras e os planos para a construção da ferrovia já estavam esboçados desde o período imperial, mais especificamente em 1855, quando foi traçado um projeto tendo como eixo principal a então Ferrovia Dom Pedro II, ligando o país de sul a norte, passando pelo Brasil Central.

²⁶ Testemunho histórico de relevância nacional, quer por seu interesse público vinculado a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por sua excepcional solução estrutural, a Ponte Marechal Hermes teve sua proteção assegurada com medida legal de tombamento, com inscrição no Livro de Tombo Histórico por meio do Decreto 24.327 de março de 1985, IEPHA/MG. Processo de Tombamento da Ponte Marechal Hermes, Pirapora-Buritizeiro. Belo Horizonte: IEPHA, 1983.

INVENTÁRIO CULTURAL DE PROTEÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Todavia, somente no início do período republicano, com a ferrovia transformada na Estrada de Ferro Central do Brasil – EFCB e que as estruturas das estações e da ponte começaram a ser edificadas. O mapa a seguir, de 1922, mostra o projeto do complexo.

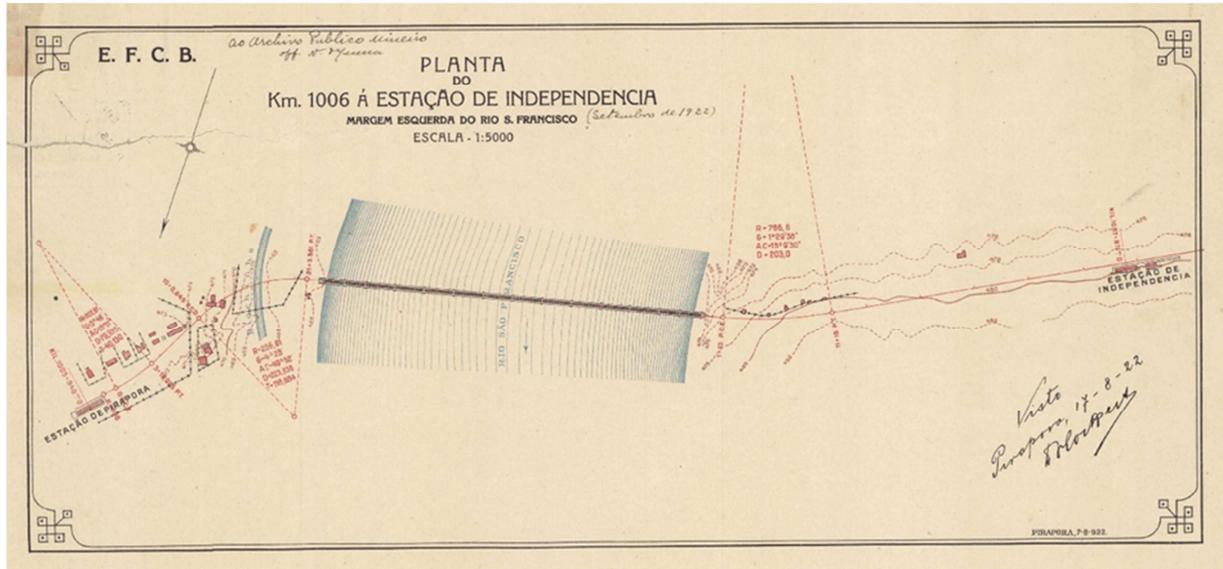


Figura 20: Planta do Km 1.006 à Estação da Independência à margem esquerda do Rio São Francisco.
Fonte: APM. Arquivo Público Mineiro. Coleção de Documentos Cartográficos 070, 1922.

Apesar da grande expectativa criada com a inauguração da ponte e das estações com o prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brasil, o projeto jamais foi completado. A construção da ferrovia foi paralisada logo após a travessia do rio São Francisco, na estação Independência, que recebeu o nome em homenagem ao centenário de independência do Brasil.



Figura 21: Vista aérea do Complexo ferroviário Pirapora/MG – Buritizeiros/MG.
Fonte: Google Earth

INVENTÁRIO CULTURAL DE PROTEÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO



Figura 22: Vista aérea da Estação Independência – Buritizeiros/MG.
Fonte: Google Earth



Figura 23: Vista aérea da Estação Pirapora/MG.
Fonte: Google Earth



Figura 24: Vista da Estação Independência – Buritizeiro/MG.
Fonte: Google Earth



Figura 25: Vista da Estação Pirapora/MG.
Fonte: Google Earth



Figura 26: Construção da Ponte Marechal Hermes
Fonte: Arquivo Público Mineiro.



Figura 27: Detalhe da estrutura metálica da ponte.
Fonte: IEPHA/MG

Nota-se que, mesmo com o processo de tombamento em vigor desde a década de 1980, nenhuma ação foi desenvolvida especificamente junto ao bem. Por outro lado, observa-se que, em se tratando de um conjunto que remete aos projetos ferroviários de desenvolvimento nacional, não faz sentido contemplar somente um elemento isolado e sim todo seu complexo. É com esse objetivo que se propõe estender o tombamento às estações ferroviárias de Pirapora e Buritizeiro, não as entendendo como peças independentes, mas sim como componentes de um mesmo grupo.

INVENTÁRIO CULTURAL DE PROTEÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

3.1.3 Marcos construtivos da colonização - Séculos XVII, XVIII e XIX

A ocupação da bacia do Alto Médio São Francisco foi um dos primeiros processos de adentramento e territorialização da Colônia por parte da Metrópole portuguesa. Em meados do século XVII, diversas bandeiras ligadas à Coroa Portuguesa, provenientes de São Paulo e da Bahia, iniciaram a ocupação dessas terras mineiras. As tropas eram lideradas principalmente por Matias Cardoso, um dos principais responsáveis pela expansão do povoamento na região norte do Rio São Francisco ao longo do século XVII (COSTA, 2003), pelo seu filho Januário Cardoso, fundador da sociedade pastoril de Morrinhos (Atual Matias Cardoso), Antônio Gonçalves Figueira e Manuel Nunes Viana, dono de grandes fazendas de gado e um dos líderes da Guerra dos Emboabas. O rio, sua navegação, a pesca, a pecuária e a agricultura foram importantes fatores de ocupação e estruturação dos primeiros vilarejos.

A região, nos primeiros séculos de ocupação, foi fortemente marcada pela presença dos currais. No século XVIII a produção diversificada, com destaque para a pecuária, abastecia as minas, principalmente na região da Serra Geral (Serra do espinhaço no Distrito Diamantino do Tijuco), no vale do Jequitinhonha. Toda essa produção e a fertilidade da região propiciou o estabelecimento de diversos povoados, vilas e lugarejos situados ao longo do São Francisco. Fato que levou à construção de um rico acervo patrimonial que, com base no Inventário Cultural de Proteção, torna-se objeto de ações por parte do IEPHA/MG.

3.1.3.1 Centro histórico de Januária

O estabelecimento de arraiais, povoados e vilas na região norte de Minas na primeira década do século XVIII se tornou importante para o abastecimento da região aurífera que se formava ao sul da província, principalmente por se apresentar como canal de comunicação econômica entre as cidades do ciclo do ouro e Salvador. (MATA-MACHADO, 1991, p. 37 *apud* SOUZA, 2009, p. 1).

Com base no Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Minas Gerais IPAC/MG o IEPHA/MG inventariou, na década de 1980, cerca de 148 bens culturais contemplando as Estruturas Urbanísticas e Arquitetônicas no município de Januária. É a partir dessas

INVENTÁRIO CULTURAL DE PROTEÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

informações que se estabeleceu a necessidade de revisitar as fichas dessas localidades e propor o tombamento do conjunto formado por esses bens culturais.



Figura 28: Sobrado, Januária/MG
Fonte: IPAC 2531 - IEPHA/MG



Figura 29: Escola (Antigo Grêmio Recreativo Mário dos Santos Reis), Januária/MG
Fonte: IPAC 2444 - IEPHA/MG



Figura 30: Sobrado Comercial, Januária/MG
Fonte: IPAC 2529 - IEPHA/MG



Figura 31: Prefeitura Municipal, Januária/MG
Fonte: IPAC 2435 – IEPHA/MG

Dessa forma, objetiva-se desenvolver ações conjuntas atrelando as indicações dos bens culturais inventariados em Januária na década de 1980 com as informações recentes relacionadas ao patrimônio imaterial local. Faz-se necessário compreender as condições atuais das estruturas urbanísticas e arquitetônicas e seus usos e as possibilidades em relação a produção cultural dos grupos pesquisados.

INVENTÁRIO CULTURAL DE PROTEÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO**3.1.3.2 Centro histórico de São Romão**

A cidade de São Romão é marcada por um processo de povoamento que remonta a atuação dos bandeirantes em fins do século XVII e começo do século XVIII. Dada a confluência cultural resultante das diversas matrizes brasileiras no município, ela é palco de um relevante acervo cultural.

Depois do estabelecimento do arraial de Nossa Senhora da Conceição de Morrinhos pelo filho do bandeirante Matias Cardoso, Januário Cardoso, a ocupação do rio São Francisco seguiu subindo até a região hoje conhecida como São Romão. Devido a sua localização, um considerável comércio fazia da localidade um importante entreposto comercial, onde se vendiam peles e recebiam sal da Bahia e Pernambuco, que eram repassados para toda Minas e Goiás por tropas de burros e por barcos e canoas (Borges, 2010, p. 36), o que tornou o lugar um importante ponto de confluência, não só de mercadorias, mas de diferentes culturas.

Entre os bens materiais identificados e destinados a tombamento destaca-se a igreja de Nossa Senhora do Rosário “dos pretos”, tendo sua primeira construção supostamente datada de 1668; outro relevante bem é o prédio da antiga Cadeia Pública, onde abriga hoje a Secretaria de Cultura. Este último, localizado no que corresponde ao núcleo histórico do município onde se encontram os remanescentes da arquitetura colonial, se destaca pelo seu volume imponente e seu significado histórico para população local.



Figura 32: Igreja de Nossa Senhora do Rosário
Fonte: IEPHA/MG



Figura 33: Prédio da antiga Cadeia de São Romão
Fonte: IEPHA/MG

INVENTÁRIO CULTURAL DE PROTEÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

3.1.3.3 Igreja de Pedras de Maria da Cruz

Percebida como a principal protagonista do município, Maria da Cruz atuou diretamente nas rebeliões do sertão do São Francisco, chamados Motins do Sertão, ocorridos entre os meses de março e agosto de 1736. Fazendeiros e moradores da região se opuseram ao pagamento da Capitação, cobrança instituída no ano anterior que “determinava que todos os moradores das minas, inclusive os criadores de gado, passariam a pagar um valor anual fixo, sobre o número de escravos que possuíam”. (SOUZA, 2013, p.455).

Proprietária de um grande número de escravos e membro da elite sertaneja, era parte do grupo descontente com a cobrança por parte da Coroa e a partir dos motins reivindicava direitos sobre sua produção e posse. Foi devido à atuação de Maria da Cruz que a localidade aqui apresentada foi elevada a categoria de distrito de Januária com a denominação de Pedras de Maria da Cruz, criado pela Lei Estadual nº 556 de 30 de agosto de 1911.

Ao longo do Inventário e dos levantamentos locais, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Pedras de Maria da Cruz, fundada em 1927, foi identificada como importante bem de referência. A construção resiste até os dias atuais, sendo uma dos imóveis mais antigos do lugar, a primeira igreja erguida no município e onde, segundo relatos, encontra-se os restos mortais de Maria da Cruz. Assim, faz-se necessário tomar e desenvolver ações de promoção e proteção a esse importante acervo que compõe o histórico do médio São Francisco.

INVENTÁRIO CULTURAL DE PROTEÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Figura 34: Igreja de Nossa Senhora da Conceição – Pedras de Maria da Cruz/MG.
Fonte: NUHICRE/IEPHA – 2013.

3.1.4 Marcos naturais

3.1.4.1 Encontro das Águas do Rio das Velhas com o Rio São Francisco – Barra do Guaicuí/MG

Como trabalhado no decorrer de toda a pesquisa, o rio São Francisco, assim como outros demais rios de Minas Gerais, foi utilizado ao longo dos séculos como principal espaço de deslocamento, seja pelas bandeiras, pelos grupos indígenas, negros e viajantes. Nesse sentido, Barra do Guaicuí, distrito de Várzea da Palma/MG, torna-se um dos principais exemplos, pois sua história está intimamente relacionada aos fluxos migratórios e transações comerciais através do rio.

O ponto de maior importância da localidade é justamente a especificidade de sua posição geográfica que a tornou passagem obrigatória para viajantes que vinham da região central do estado ou àqueles que buscavam subir o rio em busca da região mineradora. Essa facilidade se dá devido ao encontro do Rio São Francisco com o Rio das Velhas denominado de “encontro das águas” que em tupi-guarani é traduzido como *guaicuí*, motivo da nomeação da localidade.

Os acontecimentos históricos ligados à Barra do Guaicuí remetem ao século XVII, quando o local foi povoado por índios Cariri vindos do Ceará que chegaram à região em busca de caça e

INVENTÁRIO CULTURAL DE PROTEÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

pesca em abundância. Alguns pesquisadores argumentam que a localidade foi ocupada, também, pela Bandeira de Fernão Dias, chefiada por Manuel Borba Gato, que teria descido o rio das Velhas desde o território onde hoje está situada a cidade histórica de Sabará/MG. A ocupação também é relacionada aos grandes fazendeiros baianos, que teriam forçado a subida do gado atingindo a região, antes mesmo da chegada das bandeiras. A ocupação por padres Jesuítas, entre os séculos XVII E XVIII, foi uma das mais presentes referências na memória local com destaque para a Igreja de Bom Jesus de Matozinhos de 1650, tombada pelo IEPHA/MG pelo Decreto: nº24.324, de março de 1985. A localização de sua construção traduz diretamente a importância que o “encontro das águas” possui na formação histórica e cultural de Minas Gerais.



Figura 35: Encontro do Rio das Velhas com o Rio São Francisco.

Fonte: Google Earth

O destaque referente ao “encontro das águas” se sustenta, além da importância desse espaço no contexto histórico, pela necessidade de se construir outros entendimentos e abordagens, que possam superar visões equivocadas que o relaciona ao domínio do estático, do morto e que possibilite entender sua importância hoje. Atualmente, a região do “encontro das águas” se encontra cercada por proprietários que, entre outros prejuízos, degradam as matas ciliares plantando pastos até próximo às margens. Outro ponto de relevância são as ocupações irregulares das margens do rio que contribuem para sua degradação. Assim, uma

INVENTÁRIO CULTURAL DE PROTEÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

possível intervenção na área a partir de ações patrimoniais de preservação e valorização da memória local traduz-se como possibilidade de preservação desse espaço.



Figura 36: Ponte em Barra do Guaicuí/MG.
Fonte: Google Earth

3.1.4.2 Corredeiras do Rio São Francisco – Buritizeiro e Pirapora/MG

As cidades de Pirapora e Buritizeiro se destacam por possuírem um rico acervo histórico expresso pelos seus centros antigos, complexo ferroviário e bens imateriais. Outros importantes elementos, que somados aos primeiros complementam o conjunto patrimonial de ambos os municípios, são os patrimônios naturais com destaque para as corredeiras ou cachoeiras do São Francisco. Essa formação relaciona-se com todas as transformações e formas de ocupação ocorridas nas localidades se constituindo como fator de grande relevância para a memória local.

Entre os diversos grupos que passaram e se estabeleceram na região, destaca-se os índios Cariri que, fugindo da colonização do litoral, fixaram na altura das corredeiras, onde hoje se situa a cidade de Pirapora, que os homenageiam com nomes de lugares públicos, como a Praça dos Cariris. Este seria o local onde a aldeia se fixou próxima a outras etnias indígenas que já ocupavam o noroeste mineiro. A região densamente ocupada pelos índios

INVENTÁRIO CULTURAL DE PROTEÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

além de ser um espaço de confrontos entre colonizadores e indígenas, foi também lugar de troca e de manutenção de certas práticas.

A presença das cachoeiras tem grande importância na relação das cidades e seus moradores, seja como barreira que inviabilizasse a navegação ou como espaço de trabalhos laborais. Entre eles destaca-se a pesca artesanal, ainda praticada por muitos grupos, é fonte de geração de renda e alimentação para as famílias de pescadores. A prática da pesca entre as corredeiras está ligada também à memória associada às canoas e remeiros presentes em grande número antes da implantação da navegação a vapor.

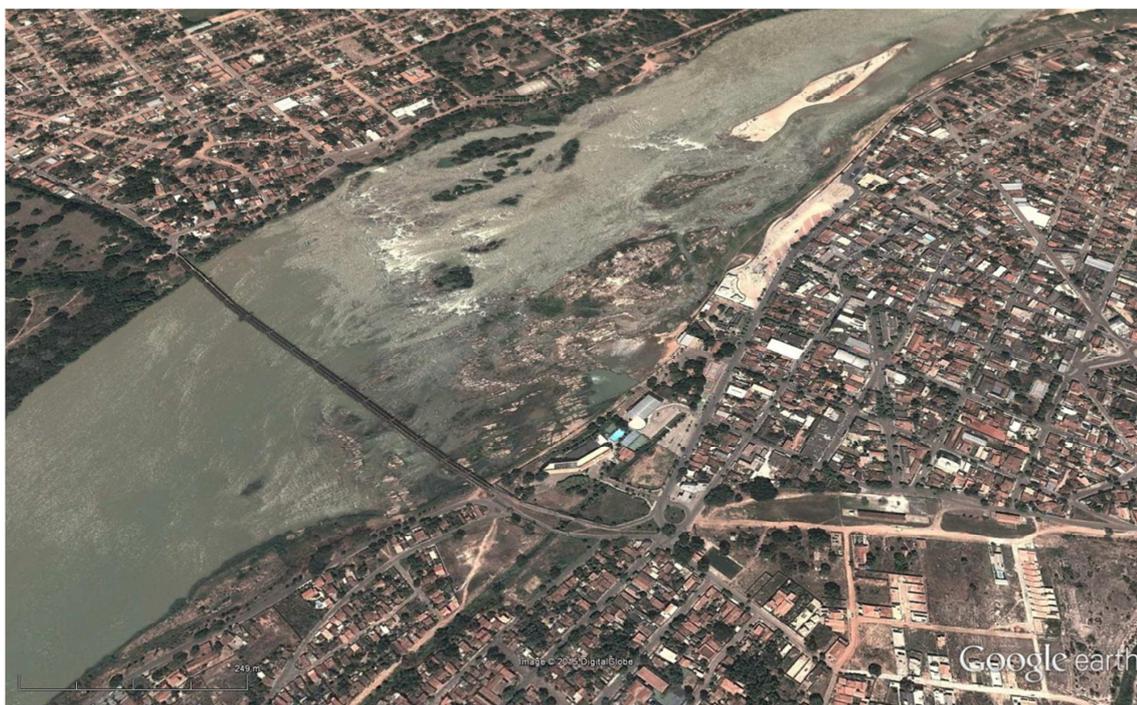


Figura 37: Corredeiras do Rio São Francisco – Buritizeiro e Pirapora.
Fonte: Google Earth

3.2 Indicações para Registro

3.2.1 Cozinha Tradicional do Norte de Minas

Entrevistadora: E a senhora aprendeu a fazer essa paçoca com quem?

Maria Arlinda: Uai, essas paçoca a gente aprende é com a mãe da gente né, na roça lá.

Entrevistadora: Fazia muita paçoca?

Maria Arlinda: Fazia paçoca de carne de sol, paçoca de amendoim, paçoca de gergelim²⁷.

²⁷ ANTUNES, Maria Arlinda. Modo de Fazer Paçoca de Carne de Sol. Projeto de Inventário para fins de salvaguarda de proteção do patrimônio cultural imaterial do Vale do São Francisco. Disponível no Acervo documental do NUHICRE/ Unimontes – IEPHA/MG.

INVENTÁRIO CULTURAL DE PROTEÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

A cozinha²⁸ tradicional do norte de Minas e os elementos relacionados à sua produção foram marcantes e recorrentes nas oficinas de Mapas de Percepção realizada nos Fóruns do Projeto de Inventário para fins de Salvaguarda do Patrimônio Cultural do Vale do São Francisco, em 2012. Entre as mais de 400 referências culturais identificadas na aplicação dos mapas, cerca de 60 delas apontavam a alimentação como aspecto cultural da região.

Nesse sentido, após uma seleção técnica, foram inventariados, na categoria de saberes/modos de fazer, diversos elementos desse universo, tais como a Manteiga de Garrafa, Carne de Sol, Farinha de Mandioca, Beiju, biscoitos Peta e Ginete, Moqueca de Surubim, Feijão Tropeiro, Arroz com Pequi, Requeijão, Paçocas de Carne de Sol e Barú, Doce de Buriti, Rapadura, Licor de Murici e Pequi e Cachaça, totalizando 18 fichas das 76 realizadas no projeto. Este número, que representa aproximadamente 24% dos bens culturais inventariados, revela a importância da culinária para a população do São Francisco, legitimando a opção pelo Registro das tradições alimentares da região.

É importante ressaltar que o conjunto de comidas²⁹ norte-mineiras remete a um sistema alimentar extremamente rico e estruturado, que tem suas origens vinculadas às influências étnicas e culturais dos povos que ao longo tempo ocuparam esse território. Os pratos e técnicas que deram origem a essa culinária tem suas bases no processo de adaptação do ser humano ao espaço, surgindo da necessidade básica da sobrevivência. Hoje, esses hábitos e costumes alimentares e os modos de fazê-los alcançaram códigos simbólicos complexos. Os sabores, aromas, texturas, o ato de preparar e saborear os alimentos, ressignificam identidades, sentimentos e mantém vivas tradições culturais construídas e reinventadas ao longo do tempo.

²⁸ Entende-se que o termo “cozinha”, que de acordo com o dicionário Caldas Aulete, é “o conjunto dos pratos característicos de um país, uma região etc” e a “técnica e arte de cozinhar, de preparar pratos com criatividade e bom gosto”. Representa de uma maneira mais ampla os códigos, hábitos e costumes alimentares do norte de Minas, possibilitando uma forma de abranger aspectos que vão além do prato ou da receita em si. Neste sentido, explica-se que, tanto o conceito de gastronomia, que se refere à ciência alimentar e transmite uma ideia de refinamento, quanto como o de culinária, que se refere apenas ao processamento dos alimentos, não expressaria a intenção do Registro, que tem como prerrogativa, pensar ações de salvaguarda para toda a cadeia de produção alimentar do norte de Minas. A perspectiva de entender esse sistema alimentar por meio do termo cozinha, foi aplicada em outras experiências de reconhecimento do patrimônio cultural imaterial, tais como La cocina tradicional mexicana, cultura comunitaria, ancestral y viva - El paradigma de Michoacán – reconhecida pela UNESCO como Patrimônio da Humanidade, La Cocina Peruana – reconhecida a nível nacional, La cocina y la gastronomía de las nacionalidades y regiones de España, também a nível nacional.

²⁹ O Tesouro de Folclore e Cultura Popular Brasileira apresenta que a comida é o: “alimento processado ou in natura, que integra um sistema culinário, ou seja, torna-se parte inseparável de um sistema articulado de relações sociais e de significados coletivamente partilhados. Seu consumo, geralmente, agrada ao paladar”. BRASILEIRA, Tesouro de Folclore e Cultura popular. *Comida*. Disponível em <<http://www.cnfcp.gov.br/tesouro/00001916.htm>> Acesso em 05 out. 2015.

INVENTÁRIO CULTURAL DE PROTEÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Observando o material produzido pelo Projeto e a bibliografia pertinente, percebe-se que a culinária norte-mineira é marcada por características relacionais, combinando aspectos regionais, como a vegetação disponível, a elementos universais, como o uso de ingredientes comuns em outras regiões. Essa apropriação local confere não só uma identidade alimentícia, mas constitui relações culturais e sociais, estabelecendo formas particulares de trabalho, de relação com a natureza, de reaproveitamento dos alimentos e de partilha de sabores e gostos comuns.

De acordo com José Reginaldo Gonçalves (2007), quando se atribuiu sentido cultural ao processo de produção de um alimento e sua transformação em refeição, é necessário estabelecer uma análise do próprio ato de comer, já que, nesse contexto, a fome e a “necessidade natural básica” de se alimentar são intenções secundárias.³⁰

Nessa perspectiva o paladar e a culinária possuem uma função de identificação social e também constitutiva “na medida em que desencadeiam processos de transformação de algo que é natural em algo cultural; do que é alimento em algo classificado como ‘comida’; a transformação da ‘fome’ em ‘paladar’; da comida dos outros em ‘nossa comida’”.³¹

Essa ideia desencadeia uma estrutura altamente elaborada, composta por elementos como processos de obtenção, seleção, preparação, saberes culinários, modos de dispor os alimentos, técnicas de consumo, tempo de plantio e colheita, hierarquia, incorporação a ritos e celebrações religiosas, entre outros.³² Essa dinâmica tem sido chamada por pesquisadores do patrimônio cultural, de sistemas culinários, conceito que vê a comida não apenas como algo cultural e social, mas que cria e relaciona valores, crenças, símbolos, imaginários e comportamentos.

Tomando como base esse pensamento, a cozinha tradicional norte-mineira pode ser compreendida a partir do conceito de sistemas culinários, quando observados os processos constituidores do produto final. Como exemplo pode-se citar a produção do Doce de Buriti, que depende do extrativismo dos frutos do cerrado, que por sua vez, está relacionado a um conhecimento tradicional de domínio das técnicas e do tempo corretos para a retirada do

³⁰ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro, 2007. (Museu, memória e cidadania). p. 164 -165.

³¹ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro, 2007. (Museu, memória e cidadania). P. 164.

³² GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro, 2007. (Museu, memória e cidadania). P. 164.

INVENTÁRIO CULTURAL DE PROTEÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

fruto, que vai para as doceiras, que o transformam em um alimento que agrada o paladar de uma coletividade, seguindo, por fim, para os mercados e feiras locais.



Figura 38: Doce de Buriti – Buritizeiro
Fonte: NUHICRE/IEPHA-2012.

Percebe-se nesse contexto, que todo o processo de produção do Doce de Buriti confere um autorreconhecimento identitário entre os membros que compõem a cadeia de feitura deste alimento. Os envolvidos são reconhecidos pela população local, sendo denominados por muitos como povos do cerrado, povos da floresta, cerradeiros, entre outros.

O mesmo pode ser visto na fabricação artesanal de farinha de mandioca, prática costumeira e tradicional na região, e que possui uma ampla cadeia de produção e significados simbólicos, econômicos, sociais, nutricionais, entre outros. O sistema de produção integra saberes, como a observação das fases da lua para plantio e colheita, técnicas, como o “ponto de umidade” certo para peneirar farinha, e lugares, como a casa de farinha, espaço utilizado para o seu processo de fabricação e que ao mesmo tempo agrega famílias e detentores do saber, visto que para sua produção são necessárias pelo menos sete pessoas, entre homens e mulheres.

INVENTÁRIO CULTURAL DE PROTEÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO



Figura 39: Mulheres no trabalho de descascar a mandioca – Manga/MG
Fonte: NUHICRE/IEPHA-2012.

A farinha de mandioca está interligada com diversos outros saberes e fazeres, tal como as paçocas feitas com os frutos do cerrado e a com a carne de sol, prato comum e muito apreciado em todo o sítio do São Francisco, o Beiju, conhecido em outras regiões como tapioca, o pirão da Moqueca de Surubim, além de ser de uso

cotidiano nos almoços, jantares, etc.

A farinha de mandioca também está presente no Feijão Sacudido ou Feijão Tropeiro, prato consumido em diversos estados do país. No Brasil, é comum que o chamado “Tropeiro”, seja feito com apenas um tipo de feijão, geralmente o “carioca”. Em algumas cidades do norte de Minas, o referido prato, além de ter um nome particular, é produzido com dois tipos de feijão, o carioca, mais consumido no Brasil, e o de “corda”, típico do nordeste do país.



Figura 40: Casal descascando o baru para produção da Paçoca de Baru – Ibiaí/MG
Fonte: Acervo NUHICRE – IEPHA/MG 2013.

Este prato possui um vínculo com uma rede de produtores, e mais do que isso, possui uma relação simbólica com o sagrado, quando é servido, por exemplo, na Festa de Nossa Senhora do Rosário em Januária. Na celebração, os festeiros são responsáveis por arrecadar os ingredientes, que por sua vez, são doados por devotos que fizeram promessa. Há, portanto, toda uma estrutura de montagem do prato, quem oferece e quem recebe, como se dispõe das sobras, entre outras.

Quando se compreende os elementos culinários do norte de Minas, nesse sistema maior, percebe-se que há uma série de ofícios, técnicas, modos de fazer, saberes, celebrações, rituais, lugares e formas de expressão envolvidas. Essa operação permite

INVENTÁRIO CULTURAL DE PROTEÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

compreender toda uma estrutura cultural e social que oferece a uma coletividade, a oportunidade de ofertar agrados aos seus santos de devoção, gerar renda, agregar famílias, preservar a natureza e seus saberes tradicionais. Neste sentido, a perspectiva é pensar a Cozinha Tradicional do norte Minas como um sistema que envolve diversos elementos³³.

Conclui-se, portanto, que partindo do princípio de pensar a culinária norte-mineira para além dos sabores e dos pratos em si e considerando-a como um bem cultural envolto em um sistema, o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG valoriza a rede de saberes, mestres e praticantes que constitui esse objeto de interesse, buscando ampliar seu horizonte de atuação e amadurecer sua metodologia, para de forma eficaz, atuar na preservação desse patrimônio cultural de Minas Gerais.

3.2.2 *Folias de Minas*

Os mapas de percepção elaborados nos Fóruns de Inventário para fins de Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial do Vale do São Francisco e as pesquisas de campo, apresentaram cerca de 80 referências culturais associados à Folia, número significativo e que indica a importância desse bem cultural para a população local. Dentre as referências identificadas citam-se as Folias de Reis, de São Sebastião e do Divino, os encontros e festas, os instrumentos, os mestres foliões e contatos. Existem ainda as formas de expressão, que também tem como base a devoção aos Santos Reis e o período natalino, tais como o Boi de Reis ou Reis de Boi e o Rei dos Cacetes ou Rei dos Temerosos. No Projeto foram inventariados o Reis de Boi, de Itacarambi, um Terno de Folia e o Modo de Fazer Viola em São Francisco e o Rei dos Temerosos em Januária.

³³ Gonçalves propõe que o sistema culinário é constituído das seguintes relações a) processos de obtenção de alimentos (caça, pesca, coleta, agricultura, criação, troca ou comércio); b) seleção de alimentos (sólidos e líquidos; doces, salgados; etc.); c) processos de preparação (cozimento, fritura, temperos, etc.); d) saberes culinários; e) modos de apresentar e servir os alimentos (marcados pela formalidade ou pela informalidade); f) técnicas corporais necessárias ao consumo de alimentos (maneiras de mesa); g) “refeições”: isto é, situações sociais (cotidianas e rituais) em que se preparam, exibem e consomem determinados alimentos; h) hierarquia entre as “refeições”; i) quem oferece e quem recebe uma “refeição” (cotidiana ou ritual); j) classificação entre comidas principais, complementares e sobremesas; k) equipamentos culinários e como são representados (espaços, mesas, cadeiras, esteiras, talheres, panelas, pratos, etc.); l) as classificações do “paladar”; m) modos de se dispor dos restos alimentares; etc. GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro, 2007. (Museu, memória e cidadania). p. 164 -165

INVENTÁRIO CULTURAL DE PROTEÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Figura 41: Folia do Divino – Comunidade de Gerais Velho – Ubai/MG
Fonte: Acervo NUHICRE – IEPHA/MG 2013

Compreende-se a importância do registro como patrimônio cultural imaterial para as danças, cantos, saberes, ofícios, celebrações e ritos associados a essa temática, tanto que, desde 2014 o IEPHA/MG, tem desenvolvido e colocado em prática Projeto de Inventário Cultural para

fins de Registro das Folias de Minas Gerais.

O Projeto irá abranger todo o Estado, por meio de parcerias com prefeituras, organizações não governamentais, pesquisadores colaboradores, sociedade civil e principalmente com seus protagonistas: os foliões. A metodologia parte do princípio de descentralização da gestão pública, instituído pela Portaria do IEPHA/MG Nº 36/2008, e é também uma prerrogativa de atuação da Gerência de Patrimônio Imaterial.

O objetivo é identificar e inventariar os diversos grupos de Folia de Reis existentes em todas as dezessete regiões do Estado de Minas Gerais. O projeto será desenvolvido em quatro etapas: Identificação, Inventário, Registro e Salvaguarda, e contará com uma plataforma colaborativa, onde os colaboradores irão inserir informações. Esse sistema participativo tem por finalidade primordial, orientar as ações de identificação e execução do Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Minas Gerais – IPAC/MG – permitindo a participação efetiva da comunidade que promove a celebração, bem como a articulação em nível regional das políticas públicas de preservação do patrimônio cultural de Minas Gerais.

Neste sentido, as Folias e outros bens associados à sua prática, localizados no norte de Minas, serão incorporados e terão suas ações de salvaguarda contempladas no âmbito do Projeto Folias de Minas, que se sucederá ao longo dos próximos anos.

3.2.3 Incelenças e Rezas

*Quando a morte vem, vem num de repente,
Ela vem dizendo, chegando seu tempo
Quando a morte vem, pra dizer quem morre
Ela vem dizendo, já chegou sua hora
Já matou Jesus que Ihe mandará*

INVENTÁRIO CULTURAL DE PROTEÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

*O anjo da guarda pra te levar*³⁴

As Incelenças são rezas cantadas ou cantos rezados em rituais fúnebres; momentos de passagem do corpo moribundo; ritos de Encomendação das almas que acontece durante a quaresma e a semana santa e durante os períodos de seca, quando se fazem rezas para pedir chuva³⁵. São também conhecidas por rezas, penitências ou benditos. Os cantos são variados, com versos pequenos e simples, caracterizados por rimas com ênfase nos refrãos. Os versos são iniciados pelo “puxador” ou “tirador”, repetidos em coro até doze vezes e com tons altos e/ou baixos.

As Incelenças são tradicionalmente conhecidas por serem cantadas durante os velórios. A melodia das Incelenças fúnebres é marcada por uma entonação de lamentação e tristeza e possuem o objetivo de despertar nos agonizantes o remorso em relação aos pecados, e/ou o encaminhamento do morto e de sua alma ao descanso e repouso divino. Os cantos invocam ainda o perdão, a proteção na hora da passagem e a companhia do anjo da guarda. Já as Incelenças cantadas nos velórios de crianças – chamadas de “anjinhos” – não seguem o mesmo tom de lamento, nesses casos os cantos rezados são conduzidos de forma mais alegre.

*Uma hora da manhã, chegou Maria
Chegou Maria enfeitando o seu altar
Os anjim canta no céu, glória!
Cantando hino, biníficos no altar*³⁶

Geralmente as Incelenças são cantadas por mulheres, pois a voz fina dá um tom amargurado, melancólico e lamentoso às rezas e ao momento. Não há instrumentos e uma mulher de cada vez “tira” a reza, e o coro prossegue cantando durante toda a noite e a madrugada. Segundo Dona Lídia Santos, as rezadeiras se reúnem, vestidas de preto, e iniciam as orações com o “Terço do repouso eterno”, dão sequência com o “Ofício”, “Ladainha” e “Salve-Rainha”.³⁷

³⁴ DIAMANTINO, Deniston. *Documentário Sentinela – rituais fúnebre no Brasil Sertanejo*. Brasil: Opará vídeos, 2003.

³⁵ CENTRO NACIONAL DE FOLCLORE E CULTURA POPULAR. *Tesouro de Folclore e Cultura popular*. Disponível em <<http://www.cnfcp.gov.br/tesouro/00001916.htm>> Acesso em 05 out. 2015.

³⁶ DIAMANTINO, Deniston. *Documentário Sentinela – rituais fúnebre no Brasil Sertanejo*. Brasil: Opará vídeos, 2003.

³⁷ SANTOS, Dalcina Rodrigues dos. SANTOS, Lidia. *Incelença*. [21 de Julho 2012]. Manga. Projeto de Inventário para fins de salvaguarda de proteção do patrimônio cultural imaterial do Vale do São Francisco. Entrevista concedida à Elis Medrado Viana; Nôila Ferreira Alencar e Raquel Helena de Mendonça e Paula. Disponível no Acervo documental do NUHICRE/Unimontes – IEPHA-MG.

INVENTÁRIO CULTURAL DE PROTEÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO



Figura 42: Ritual de Encomendação das Almas – Manga/MG
Fonte: Acervo NUHICRE – IEPHA/MG 2013

As Incelenças entoadas no ritual de Encomendação das Almas seguem a mesma linha das cantadas nos velórios, contudo, as incelenças se vestem com lençol branco, indumentária tradicional do rito, e invocam somente as almas.

As rezas cantadas na petição de chuva invocam, por sua vez, São Sebastião, São

Francisco, Divino Espírito Santo, São José, Virgem Maria, Jesus de Nazaré e Nossa Senhora de Santana. As melodias remetem aos cantos gregorianos trazidos para o sertão do Brasil por meio dos Jesuítas. Em Matias Cardoso, lugar onde a reza foi identificada, as rezadeiras fazem uma procissão até o cruzeiro, com ramos verdes e vasilhas de água nas mãos. Após lavarem o cruzeiro seguem para a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, onde encerram a penitência entoando cânticos.

*Meu São Sebastião
Padroeiro do lugar
Abaixai esta bandeira
Deixe a chuva derramar*

*Eu vi o sol gemer
E a lua a suspirar
O meu Deus ó meu Deus
Olhe a seca como está³⁸*

No Brasil, as Incelenças, são mais praticadas no sertão norte e nordeste, e no Vale do Paraíba, com algumas variações de nomes, rezas e entonações.³⁹ Na região de abrangência do Projeto São Francisco foram identificadas rezadeiras, incelenças, rezas da chuva e encomendação das almas, contudo o número não foi significativo. A análise da ausência desta referência cultural nos mapas de percepção e as falas das entrevistadas apontam o

³⁸ JESUS, Maria Felícia de. *Reza da Chuva* [07 dezembro 2012]. Mathias Cardoso. Projeto de Inventário de salvaguarda de proteção do patrimônio cultural imaterial do Vale do São Francisco. Entrevista concedida à Elis Medrado Viana e Raquel Helena de Mendonça e Paula. Disponível no Acervo documental do NUHICRE/Unimontes – IEPHA – MG.

³⁹ ROCHA, Ewelter. Cantar os mortos: benditos fúnebres nas sentinelas do Cariri (CE). In: Revista *Antropológicas* 17 (1): 49-66, 2006.

INVENTÁRIO CULTURAL DE PROTEÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

risco iminente da continuidade deste bem cultural. Segundo elas, tanto a Incelença fúnebre, quanto a encomendação das almas e a reza da chuva estão ameaçadas por vários fatores, entre eles, divergências com padres, falta de interesse dos mais jovens e a rejeição de parte da população. As incelenças apontam que muitos moradores da região não as convidam para cantar nos velórios devido à aura tenebrosa e melancólica que as rezas carregam: *“Igual nós, os adultos, tem alguns também que não gostam porque é MUITO emocionante, muito assim, pesado. Porque fica aquela lembrança e dói muito”*.⁴⁰

Os cantos, alguns bastante longos, estão vivos na memória das pessoas que os aprenderam em convivência com seus antepassados em rituais como a Sentinela (rituais de preparação do morto: banho, mortalha, cordão de São Francisco; seguidos de velório e visita à cova no sétimo dia), e outros já citados anteriormente. É importante ressaltar que, embora atualmente aconteçam com menor frequência, as Incelenças de velório ainda são referência para uma coletividade.

Nesse sentido, entende-se que ações de salvaguarda devem ser executadas com relação a esse bem, que possui particularidades e confere identidade a um determinado grupo, diferenciando-o no contexto geral do estado, além de ter sua possibilidade de continuidade ameaçada.

Explica-se que para o patrimônio cultural imaterial, é claro e notório que as manifestações culturais passam por transformações socioculturais, que muitas vezes mudam seus significados e concepções, e que a “perda” não deve ser compreendida como um elemento negativo. No entanto, no caso das Incelenças fúnebres, a perda não é simplesmente uma mudança na forma, mas parte de uma negação de uma parcela da comunidade, algo que, conseqüentemente pode levar o fim da manifestação.

Portanto, acredita-se que, mesmo em meio a conflitos e disputas, não políticas, mas de memória e expressão, o encaminhamento deste bem para seja pertinente. Reconhecimento que poderá ser feito a partir de elementos como a tradicionalidade, ameaça, situação de vulnerabilidade, por se tratar de uma comunidade com poucos acessos a recursos, referência, já que foi um bem identificado, inventariado e mencionado por

⁴⁰ SANTOS, Dalcina Rodrigues dos. SANTOS, Lidia. *Incelença*. [21 de Julho 2012]. Manga. Projeto de Inventário para fins de salvaguarda de proteção do patrimônio cultural imaterial do Vale do São Francisco. Entrevista concedida à Elis Medrado Viana; Nôila Ferreira Alencar e Raquel Helena de Mendonça e Paula. Disponível no Acervo documental do NUHICRE/Unimontes – IEPHA-MG.

INVENTÁRIO CULTURAL DE PROTEÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

indivíduos da região, bem como a vigência do bem.⁴¹ Isso, sem perder de vista que o bem cumpre uma função identitária e constitutiva da memória local e regional.

3.2.4 Povos e Comunidades Tradicionais do Rio São Francisco/MG

No decorrer da pesquisa, as comunidades tradicionais do São Francisco tornaram-se elemento central do projeto. Inúmeros bens apontados nos mapas de percepção localizaram os espaços dessas comunidades como referência para seu desenvolvimento. A importância de aprofundar os estudos e reconhecer essas comunidades se dá principalmente pelo fato de que são esses agrupamentos um dos principais pilares de manutenção da diversidade cultural encontrada ao longo da investigação. É importante destacar os vários benefícios que esses grupos promovem para a coletividade mineira, abrangendo modos próprios de vida, preservação da memória, história e patrimônio cultural material e imaterial, além da prática e transmissão dos saberes tradicionais relacionados ao uso de recursos naturais, tudo isso com base em relações específicas construídas a partir de seu território entendido como lugar de pertencimento.

Tais lugares, ao mesmo tempo em que fornecem estabilidade material, afetiva e histórica às comunidades, abrem possibilidades para dinamicidade e transformação. Estabilidade que, segundo Maurice Halbwachs⁴², está suscetível às mudanças devido às modificações no espaço ou na composição do grupo, como uma morte ou um casamento. Acontecimentos que permitiriam a tomada de consciência dos vínculos que mantêm o grupo coeso no momento em que também poderiam se romper. As mudanças ocorridas por tais acontecimentos, para Halbwachs, além de fortalecer o sentimento de pertencimento, causam uma mudança nas relações do grupo com o lugar.

Nesse sentido, Paul E. Little (2002), com o objetivo de entender a relação particular que um grupo social mantém com seu respectivo território, utiliza o conceito de *cosmografia* que deve ser entendido como os saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território. Segundo o autor, a cosmografia de um grupo está relacionada ao seu regime de propriedade, aos vínculos afetivos que mantém com seu território, com os processos históricos situados na memória coletiva, com o uso social

⁴¹ IEPHA/MG. Critérios para abertura dos processos de Inventário para fins de Registro dos Bens Culturais Imateriais.

⁴² HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva e o Espaço. In. *A Memória Coletiva*. Ed. Vértice, 1990. p. 134.

INVENTÁRIO CULTURAL DE PROTEÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

destinado ao território e as formas de defesa dele. É a partir dessa perspectiva que se situa as comunidades tradicionais identificadas no São Francisco, tendo na sua produção cultural os elementos de ligação com seu território e a formação de identidades próprias.⁴³

Consoante aos estudos de Little (2002), o Decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007⁴⁴, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, esses grupos tradicionais são definidos como:

[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Decreto 6.040, art. 3º, § 1º).

Por sua vez, o Decreto Estadual 42.505, que institui as formas de Registros de Bens Culturais de Natureza Imaterial, estabelece no Art. 1º- § 1º que os registros dos bens imateriais deverão ser efetuados em quatro livros sendo o quarto destinado à categoria de lugares⁴⁵. Sendo assim, a partir do Inventário do Rio São Francisco e das considerações feitas anteriormente, constata-se que as comunidades tradicionais, com seus múltiplos elementos identitários, constituem-se enquanto Lugar de referências culturais que lhe conferem tanto importância regional quanto para o Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Minas Gerais.

No caso de Minas Gerais, o estado possui expressiva diversidade de comunidades tradicionais. No decorrer do Inventário as categorias mais referendadas dessas comunidades foram os povos indígenas, as comunidades quilombolas, os geraizeiros, os vazanteiros e os veredeiros.

Tratando-se da área de abrangência do Inventário do São Francisco e seu escopo de 17 municípios e suas 26 localidades pesquisadas, foram identificadas 14 comunidades tradicionais das quais 8 foram inventariadas. Ver tabela a seguir:

⁴³ LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Série Antropologia*. Nº 322. Brasília: DAN/UNB. 2002.

⁴⁴ BRASIL. Decreto 6.040 de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. *Diário Oficial da União* - Seção 1 – 8 de agosto de 2007, Pág. 316.

⁴⁵ MINAS GERAIS. Decreto 42.505 de 15 de abril de 2002. Institui as formas de Registros de Bens Culturais de Natureza Imaterial ou Intangível que constituem patrimônio cultural de Minas Gerais. *Diário do Executivo* - 26/11/2010 Pág. 1, Col. 1.

INVENTÁRIO CULTURAL DE PROTEÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Comunidades Tradicionais Inventariadas pelo Projeto São Francisco

Cidade	Referências	Categoria
Ibiaí	Comunidade Barra do Pacuí	Comunidade Ribeirinha
Manga	Comunidade Quilombola Justa II	Comunidade Quilombola
	Comunidade Brejo de São Caetano do Japoré	Comunidade Quilombola
Ubaí	Comunidade de Gerais Velho	Comunidade Quilombola
Várzea da Palma	Comunidade de Barra do Guaicuí	Comunidade Tradicional
Pedras de Maria da Cruz	Comunidade de Palmeirinha	Comunidade Quilombola
Januária	Brejo do Amparo	Comunidade Quilombola
Matias Cardoso	Comunidade Pau de Légua	Comunidade Quilombola/Vazanteiro

Comunidades Tradicionais Identificadas no Projeto São Francisco

Januária	Água Viva	Comunidade Quilombola
	Gameleira	Comunidade Quilombola
	Gruta dos Caboclos	Comunidade Quilombola
São João das Missões	Xakriabá	Comunidade Indígena
Matias Cardoso	Lapinha	Comunidade Quilombola
	Pau Preto	Comunidade Quilombola
Pedras de Maria da Cruz	Sangradouro Grande	Comunidade Quilombola

Tabela 2: Comunidades Tradicionais Inventariadas pelo Projeto São Francisco.

Fonte: Inventário para fins de salvaguarda e proteção do patrimônio cultural do Rio São Francisco. IEPHA/2011.

Como exemplo da produção cultural encontrada na pesquisa, destaca-se a comunidade de Barra do Pacuí. Localizada à margem direita do rio São Francisco, mescla a vida do sertão mineiro com o Rio São Francisco compondo um cenário onde se relacionam a natureza, a vida sertaneja e a cidade. Seus moradores se dedicam à preservação de seu modo de vida estruturado no plantar, pescar, colher, rezar e, acima de tudo, conviver com seus filhos, netos e bisnetos tendo no vínculo familiar a principal forma de resistência.



Figura 43: Tele centro comunitário da Comunidade Quilombola de Palmeirinha. Fonte: NUHICRE/ IEPHA-2014.



Figura 44: Cruzeiro da Comunidade Quilombola de Palmeirinha. Fonte: NUHICRE/ IEPHA-2014.

INVENTÁRIO CULTURAL DE PROTEÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

As manifestações culturais ligadas à religião, ao artesanato, aos mitos locais, e à culinária se fazem presentes entre a população e mantém atuantes os laços com a tradição do povo sertanejo em consonância à cultura ribeirinha. Esse modo de vida é expresso nas festas da comunidade como a Festa de São Gonçalo, as Folia de Reis e a Festa de Nossa Senhora Aparecida. Celebrações que marcam a dinâmica da comunidade e movimentam toda a população na realização dos festejos que encontram ressonância direta na culinária local. Na cozinha, destaca-se o feijão tropeiro, arroz com pequi, galinha caipira, peixe cozido com pirão, peixe seco com abóbora, carne de sol, mocotó de boi, costela de boi, língua de boi, feijoada com Joelho de porco, e doces de casca de laranja, mamão e de leite.



Figura 45: Foliões.
Fonte: NUHICRE/ IEPHA-2012



Figura 46: Cavaleiro do Gerais Velho.
Fonte: NUHICRE/ IEPHA-2012

A comunidade quilombola de Justa II é outro exemplo da dinamicidade cultural acessada ao longo da pesquisa. Sediada no município de Manga, possui várias referências culturais dispostas em diversos seguimentos como o artesanato, as crenças, os modos de fazer, os saberes e a culinária. Mantêm-se atuante e perpetuando os laços com a tradição do povo sertanejo e com a matriz cultural africana. Entre os ofícios praticados, destaca-se a benzeção, os curandeiros e raizeiros lideranças reconhecidas pela sua dedicação ao próximo.

Sobre as práticas religiosas a ênfase se dá à Encomendação das Almas, procissão que também ocorre na Comunidade de Justa II, todos os anos durante o período da quaresma e Semana Santa. Inicia-se na sexta-feira uma semana antes da Semana Santa, encerrando-se na sexta-feira da Paixão, durante a Semana Santa.

Constitui-se em um ritual religioso de penitência pela libertação das almas que estão no purgatório. Realizado há mais de cem anos na Comunidade de Justa II, o rito tem suas

INVENTÁRIO CULTURAL DE PROTEÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

origens vinculadas à cultura da Península Ibérica. O grupo de Encomendação presente no Povoado de Justa II, mantém suas origens vinculadas à raiz do rito, saindo nas madrugadas do período quaresmal, rogando pela alma dos amigos e parentes que já se foram, por todas as almas do purgatório, pelas dos cemitérios, dos afogados, dos assassinados, entre outras.

Torna-se importante ressaltar que diversos elementos culturais identificados na pesquisa têm como principal processo de continuidade a existência dessas comunidades. E é em seu território, entendido como lugares de referência, que as comunidades propostas para registro concentram e reproduzem práticas culturais coletivas o que reafirma a necessidade de salvaguarda com expectativas de que a proteção alcance outros bens culturais que lhe são associados.

Assim, registrar as comunidades tradicionais do Vale do Rio São Francisco é de fundamental importância para manutenção das práticas culturais identificadas, pois são esses grupos tradicionais, através do seu modo específico de se relacionar com seu território, os principais mantenedores das bases que constituem a identidade do povo sanfranciscano.

3.2.5 Modo de fazer e tocar o roncoio

No processo de identificação dos bens culturais da área de pesquisa e no desenvolvimento do Inventário, notou-se que uma das principais características associadas às produções culturais do médio São Francisco era sua dialogicidade⁴⁶. Fato que se coloca como um dos desafios para o trabalho em questão que deve se ater às características inter-relacionais dos bens culturais do sítio sanfranciscano.

Observa-se que determinadas referências levantadas perpassam por variados espaços e manifestações se constituindo enquanto peças complementares de um sistema mais amplo de celebrações, formas de expressão, saberes e ofícios. Elemento exemplar dessa situação é o Roncoio, instrumento membranofônico tocado por fricção, feito a partir de um tronco de árvore ocado, tendo uma de suas extremidades coberta por couro de animal, sendo que a parte traseira é aberta de forma a permitir que um dos tocadores possa

⁴⁶ O conceito de dialogicidade está inserido nas discussões de Mikhail Bakhtin sobre *dialogismo* que influenciou Paulo Freire na sua obra *Pedagogia do Oprimido*. Trata-se da construção de determinada realidade a partir do diálogo e interação horizontal que os diversos elementos que a compõem estabelecem. FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 11. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

INVENTÁRIO CULTURAL DE PROTEÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

manusear a vara que se encontra presa no interior do instrumento. O instrumento deve ser considerado como peça aglutinadora, pois é no entorno dele que se desenvolve diversas outras expressões como o Batuque, a Dança do Carneiro, o São Gonçalo de promessa entre outras atividades sagradas e profanas das comunidades do São Francisco.



Figura 47: Roncoio.
Fonte: NUHICRE/IEPHA-2013.

O amplo e dinâmico universo cultural encontrado na região do Inventário, deve ser tomado, em algum sentido, como rede, devido à capacidade de interlocução dos grupos que o constituem. Nele, por exemplo, se insere o Batuque, expressão comum no norte do

Estado, composta por homens e mulheres que se organizam em duas filas ou em roda onde andam e pulam desenvolvendo passos improvisados, batendo palmas e sapateando ao som de instrumentos de percussão, entre eles o roncoio. O instrumento está presente também no batuque de Jaíba, em que anualmente compõe a Festa de Nossa Senhora da Glória. No penúltimo dia da novena, ocorre o levantamento da bandeira de Nossa Senhora da Glória, hasteada ao som do batuque realizado pelo grupo de foliões da cidade, com uma reprodução rítmica semelhante ao batuque praticado em determinadas comunidades quilombolas ou por grupos de folia de reis da região. Da mesma forma que o Batuque, na Dança do Carneiro o roncoio é instrumento fundamental, também considerada uma espécie de batuque, é uma expressão que transita em vários espaços e momentos festivos. As pessoas que dançam aos pares – normalmente cinco pares – se movimentam entoando versos improvisados, as loas, que seguem o ritmo marcado pelo roncoio.

Elemento central tanto na dança do carneiro quanto no batuque, o formato do roncoio se assemelha ao de uma cuíca, contudo, para tocá-lo são necessárias duas pessoas, sendo que uma fica em cada extremidade. Posiciona-se o instrumento no chão e para a reprodução de seu som ainda é preciso uma bacia d'água, a fim de auxiliar um dos percussionistas. Enquanto um deles, montado no instrumento, percute a pele, o outro se posiciona na parte detrás a puxar a vareta com as mãos umedecidas com água.

INVENTÁRIO CULTURAL DE PROTEÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO



Figura 48: Dona Rosalina tocando o roncoio.
Fonte: NUHICRE/IEPHA-2013.

Possivelmente o roncoio tenha a mesma origem de outros instrumentos musicais membrafônicos por fricção, por exemplo, a *cuíca* e a *sarronca*. A *cuíca* tem sua origem atrelada aos povos de ascendência banto (congo, benguela, ovambo, cabinda, angola, macua, angico) trazidos para o Brasil como escravos, mais precisamente entre os de origem

angolana, sendo um instrumento característico do Reino do Congo, chamado de *Pwita*. Acredita-se que originalmente o instrumento foi criado com o intuito de imitar o som dos animais como forma de atraí-los para serem caçados. O roncoio também tem semelhança com a estrutura constitutiva da *sarronca*, um instrumento de origem portuguesa. Na Espanha, o instrumento de natureza semelhante é chamado de *zambomba*, porém, neste a haste de madeira fica na parte externa do tambor que pode ser de cerâmica ou madeira. Outra similaridade encontrada entre o roncoio e os demais instrumentos no Brasil, são as denominações semelhantes, tais como: *piúta*, *onça*, *porca*, *tambor-onça*, *roncador*, *socador*, *fungador* e *zurra-burros*. Desse modo, é bastante provável que esse tipo de tambor tenha chegado ao Brasil através dos fluxos migratórios de europeus colonizadores e africanos trazidos como escravos para a América.

O objetivo de apontar o roncoio como bem de interesse a ser registrado se dá pelo atual risco de perda que se encontra seu modo de fazer e devido a sua relevância em relação aos outros bens da região. A perspectiva de perda aqui argumentada, não trata somente de uma “retórica da perda”, como categoria trabalhada por José Reginaldo Gonçalves⁴⁷ ao criticar os discursos construídos pelo Estado ao lidar com seu patrimônio, mas sim a partir da existência de risco eminente para a continuidade de determinado bem cultural, entendido como argumento relevante entre os critérios para abertura de processos de Inventário para fins de Registro.

Nota-se que o único morador identificado como construtor foi o Sr. Adelino Soares de Cardoso, da cidade de Icaraí de Minas, que faleceu sem ter ensinando o ofício à outras

⁴⁷ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro; Ed. UFRJ; Ministério da Cultura : IPHAN : 1996.

INVENTÁRIO CULTURAL DE PROTEÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

peças, restando somente uma única peça que se encontra em posse da família. A fabricação do instrumento musical, já há algum tempo, não conta mais com alguns materiais que eram tradicionais na sua construção, como o couro do veado e o pau-pereira. Houve algumas readequações referentes ao modo de fazer o instrumento devido a dificuldade de acesso às matérias-primas tradicionais. Passou-se, então, a utilizar para a construção do instrumento o pau-de-jacaré e o couro de boi como materiais substitutos.

A presença do roncoio também foi notada em outra localidade do Norte de Minas, na Comunidade Quilombola de Gerais Velho, localizada no município de Ubaí, porém, em Gerais Velho, o instrumento é feito a partir de materiais diversos. Adaptando-se com a realidade local, o corpo do tambor, antes feito com madeira, foi substituído por uma estrutura de metal (leiteira de armazenamento de leite) e ao invés do couro animal, utiliza-se uma membrana sintética. No entanto, é importante ressaltar que, em ambas as localidades, o roncoio continua a manter lugar de destaque complementando as manifestações culturais e os festejos religiosos realizados nas comunidades.

Dessa maneira observa-se que o modo de produzir o roncoio de forma tradicional sofre pela falta de difusão do conhecimento, pois os antigos moradores que possuíam o saber faleceram sem repassá-lo. Há, sim, um modo diferente e não tão reconhecido de fazer o tambor como pode ser evidenciado em outras comunidades. Por sua vez, a forma de continuidade do instrumento nas manifestações está ligada ao modo como ele é tocado, que é repassado pela oralidade e pela prática que se vai adquirindo com a experiência. No entanto, evidencia-se que todo esse aparato cultural sofre grande chance de perda, pois, além de restar apenas uma peça feita aos moldes tradicionais, o número de indivíduos conhecedores desse saber é reduzido.

De fato, as transformações são intrínsecas à própria dinâmica social que acarreta o fim de determinadas práticas e o surgimento de novas outras num processo constante de resignificação e criação. No entanto, sabe-se que essa dinâmica é carregada de conflitos e desigualdades onde certos grupos possuem mais limitações que outros em dar continuidade a suas manifestações. É nesse sentido que um dos pontos levantados no decorrer da pesquisa foi a necessidade de criar mecanismos para perpetuarem certos conhecimentos, entre eles o modo de fazer o roncoio a partir de sua transmissão.

INVENTÁRIO CULTURAL DE PROTEÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

No decorrer do Inventário houve grande dificuldade em encontrar dados referentes ao roncoio, faz-se necessário o levantamento histórico acerca da origem e produção do instrumento. Importante realizar também o mapeamento de outros construtores do instrumento uma vez que, em Icaraí de Minas, o único construtor faleceu e não repassou o saber para outras pessoas. Recomenda-se que sejam produzidas pesquisas possibilitando que outros indivíduos conheçam as tradições e usos do roncoio. É válido ressaltar que essas ações visam a preservação cultural, pois, o instrumento está vinculado a identidade cultural da região e da sua população, visto que as práticas que envolvem a utilização do roncoio ocorrem na localidade há mais de setenta anos, fato este que mostra o entrelaçamento da localidade e da população com o instrumento.

3.2.6 *Modo de fazer e tocar a viola caipira*

No decorrer das pesquisas do Inventário dos bens culturais, observou-se a viola caipira como instrumento de relevância presente em inúmeras referências identificadas. Dessa forma, indica-se o Registro do *modo de tocar* e o *modo de fazer* a viola na região do São Francisco, uma vez que a proposta está integrada ao Projeto Viola Caipira, iniciativa da Gerência de Patrimônio Imaterial do IEPHA/MG que visa contemplar a prática da viola tradicional em todo o Estado.

A história da viola tem desdobramentos longínquos como a chegada da cultura árabe à Península Ibérica, no século VIII. Estudos mostram a presença do instrumento no Brasil desde o final do século XVI onde os jesuítas utilizavam a música como instrumento de catequese de indígenas. Séculos mais tarde, nas viagens dos tropeiros, nas empreitadas das bandeiras, nos mutirões, a música sempre se fez presente e a viola ganha destaque como instrumento acompanhador. O tocador de viola torna-se personagem fundamental na comunidade onde vive. É ele quem acompanha os ofícios religiosos que exigem música, como as folias de reis, do divino e de São Sebastião, as danças de São Gonçalo e de Santa Cruz e as festas profanas que se seguem após o término das ofertas ao sagrado.

Minas Gerais é referência na construção do instrumento desde o surgimento dos primeiros artesãos de viola no Brasil. Como exemplos, observa-se a antiga cidade de Queluz – Conselheiro Lafaiete/MG – da segunda metade do século XIX, a cidade de Sabará que

INVENTÁRIO CULTURAL DE PROTEÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

reuniu grande número de luthiers no início do século XX. Zé Coco do Riachão, renomado violeiro de Montes Claros/MG, é importante referência na construção de violas, herdou a arte de construir instrumentos de seu pai, como é também maneira comum a muitos luthiers de se ingressar no ofício da construção de violas através da herança familiar.

Até o momento, as pesquisas não se mostraram suficientes a ponto de identificar uma singularidade no som alcançado pela Viola na região do Inventário. Como não existe uma metodologia única para o ensino do ofício, cada violeiro toca à sua maneira, variando de região para região. Segundo Vilela⁴⁸:

No Norte de Minas e região da capital mineira, usa-se com mais frequência uma afinação Rio Abaixo. À parte das histórias que contam que quando o diabo descia o rio descia tocando uma viola nessa afinação, daí o nome; o Rio Abaixo é uma afinação de origem portuguesa, presente na região de Amarante, região da viola amarantina. Lá nasceu o santo padroeiro dos tocadores de viola, São Gonçalo. (VILELA, 2010, p. 332 - 333).

A partir de estudos realizados a respeito do tema⁴⁹, nota-se que a produção musical feita a partir desse instrumento se dá em todo o país e sob diversas formas. No entanto, é marcada a forte ligação que a viola mantém com a identidade mineira, fato observado nas inúmeras manifestações culturais que compõem a diversidade do estado.

Dentro do escopo de bens inventariados no projeto a viola se faz presente numa expressiva quantidade de celebrações e formas de expressão. Na cidade de Januária a viola está na dança de São Gonçalo, na Festa de Nossa Senhora do Rosário e no Rei dos Temerosos o instrumento faz conjunto com rabeca, sanfona caixas de folia (tambores) e violões. Em Várzea da Palma também se pratica o São Gonçalo e sempre que há promessa a dança é realizada por homens e mulheres que cumprem o ritual acompanhados de um grupo de músicos que tocam viola e demais instrumentos.

Entre as cidades que utilizam a viola como referência, destaca-se a cidade de São Francisco que é reconhecida como polo violeiro da região. Em São Francisco os violeiros são sempre convidados a participarem das festas religiosas típicas da cidade, especialmente a

⁴⁸ VILELA, Ivan. Vem viola, vem cantando. *Stud. av.* vol.24, n.69, pp. 323-347, 2010.

⁴⁹ LIMA, Rossini Tavares. *Moda de Viola: poesia circunstancial*. São Paulo: Departamento de Museus e Arquivos, 1997.

TINHORÃO, José Ramos. *História social da música popular brasileira*. Lisboa: Caminho, 1990.

VILELA, Ivan. A viola em Minas Gerais. In: STARLING, Heloisa Maria Murgel; CARDIA, Gringo; ALMEIDA, Sandra Regina Goulart; MARTINS, Bruno Viveiros. *Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

INVENTÁRIO CULTURAL DE PROTEÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Folia de Reis que ocorre em dezembro. Há também o encontro de violeiros, em agosto, em que os instrumentistas de várias gerações se reúnem para tocar as famosas modas de viola.

A Viola de São Francisco é produzida de forma inteiramente artesanal, trabalho que pode ser desenvolvido por um ou mais artesãos. As Violas são fabricadas na própria residência dos *Luthiers* ou nas oficinas profissionalizantes. As madeiras utilizadas são, preferencialmente, a Umburana, Candeio, Cedro e Jacarandá. Quanto mais envelhecida a madeira melhor o desempenho da Viola, segundo os violeiros. Sua construção obedece a várias etapas que variam de acordo com as estações do ano e períodos lunares. De acordo com os artesãos é necessário aproximadamente um ano para a confecção da viola, evitando-se realizar a colagem das peças no período chuvoso, pois a umidade do ar pode comprometer a qualidade do produto. Os períodos de maior demanda pelo instrumento são marcados pelos meses de agosto, com o encontro dos violeiros, e nos meses de dezembro a janeiro, período de folia de reis.



Figura 49: Violeiros, São Francisco/MG.
Fonte: NUHICRE/IEPHA-2013.



Figura 50: Violas confeccionadas na cidade de São Francisco.
Fonte: NUHICRE/IEPHA-2012.

De acordo com informações do Inventário, não foi observado profundas alterações no modo de fazer viola em São Francisco. A produção do instrumento é reconhecida por seguir a maneira tradicional, mantendo-se fiel aos desenhos de marchetarias, afinações e as contagens habituais. Bastante semelhante à Viola de Queluz, a Viola de São Francisco se diferencia da viola comercial devido a qualidade do material e a maneira artesanal de fabricação. Inserida em um contexto dinâmico, uma das transformações que chama atenção é a possibilidade de participação das mulheres no tocar o instrumento durante os Ternos de Folia. Embora ainda exista resistência em alguns lugares, já é possível encontrar um terno exclusivamente feminino na cidade de São Francisco.

A Gerência de Patrimônio Imaterial – IEPHA/MG, a partir da experiência do Inventário do Médio São Francisco, entende que a viola caipira é um elemento de grande

INVENTÁRIO CULTURAL DE PROTEÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

importância na construção da identidade mineira a partir da sua musicalidade e por seu envolvimento direto com as práticas coletivas, que estão intrinsecamente ligadas ao modo de fazer a viola, à vivências religiosas, espirituais e místicas das cidades e povoados que compõem o Norte de Minas Gerais. Dessa forma, propõe-se a realização do Registro de sua *forma de fazer e tocar*. Uma das possibilidades que se abre, a partir dos estudos relacionados à viola, é saber se de fato há na região do São Francisco um modo de tocar particular e se esse modo encontra semelhanças ou não em outras partes do Estado quando comparado com às informações produzidas pelo Projeto Viola Caipira que visa abranger Minas Gerais como um todo.

3.3 Recomendações Gerais para Salvaguarda:

- Fortalecimento dos conselhos locais;
- Desenvolvimentos de linhas de pesquisa nas instituições de ensino da região;
- Criar uma rede de preservação do norte de Minas;
- Fórum permanente de discussão;
- Apoio técnico nas orientações de preservação;
- Arquivos da região;
- Plano de salvaguarda do patrimônio cultural na bacia, diretrizes gerais para curto médio e longo prazo e zoneamento em territórios culturais, manifestações comuns em toda bacia.
- Os municípios com mais de 20 mil habitantes apresentam legislação urbanística básica – Plano Diretor (Pirapora dois planos; Várzea da Palma e Januária não têm Plano em vigor).
- Elaboração das Leis de Uso e Ocupação do Solo, código de obras, entre outras. Encontramos CODEMAS em algumas das cidades trabalhadas e com Sistema nacional de cultura voltado para o patrimônio.
- Editais para a bacia do São Francisco.
- A Maioria já participou do ICMS cultural e, de um modo geral, observamos que ele não tem continuidade.
- Aprovação do Plano Estadual do Patrimônio Imaterial, assim como o fundo estadual. Continuidade dos inventários.
- Incentivo à produção acadêmica sobre o patrimônio cultural da bacia e para a educação patrimonial, redes e pontos de cultura.

INVENTÁRIO CULTURAL DE PROTEÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

4 RESULTADOS

4.1 Banco de dados

O *Inventário Cultural do Rio São Francisco* teve como resultado um rico e extenso acervo. O material é constituído por aproximadamente 14.014 fotos, 97 horas de áudio, 50 horas de vídeo, mais de 100 transcrições de entrevistas e um banco de dados com 2903 itens. Ao longo dos anos de 2012 e 2015, as equipes da Unimontes, e essencialmente do IEPHA/MG, trabalharam na sistematização, consolidação, análise e finalização desse conteúdo. Toda essa produção foi totalmente organizada e catalogada seguindo os padrões de arquivamento digital, de modo a proteger os arquivos do risco de perda, bem como facilitar seu uso como fonte e instrumento de pesquisa. A documentação está armazenada em dois HDs físicos e na rede interna do IEPHA/MG.

4.2 Publicação e Exposição

O *Cadernos do Patrimônio Imaterial* consiste em uma publicação seriada elaborada pelo IEPHA/MG, para difundir e promover o patrimônio cultural do estado de Minas Gerais. O seu 3º volume teve como tema o *Inventário Cultural de Proteção do Rio São Francisco*, publicado em outubro de 2015. A obra apresenta, de maneira sucinta, os resultados do inventário e dá um panorama da diversidade cultural da região.

As imagens utilizadas na publicação foram produzidas pela equipe técnica do projeto, assim como a redação do texto, que foi baseada nas fichas de inventário.

Inicialmente, a tiragem foi de 4 mil exemplares, e a intenção é que o Caderno seja



Figura 51: Capa do Cadernos do Patrimônio Imaterial
Fonte: IEPHA/MG Inventário Cultural de proteção do Rio São Francisco.

INVENTÁRIO CULTURAL DE PROTEÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

distribuído em todas as bibliotecas, universidades, centros culturais, entre outros. E principalmente nas escolas da rede pública estadual e municipal.

A terceira edição dos Cadernos do Patrimônio Imaterial foi lançada no dia 24 de outubro de 2015 como parte da programação de uma exposição que ocupou o Circuito Cultural da Praça da Liberdade, em Belo Horizonte/MG.

Com o objetivo de compor as comemorações anuais do IEPHA/MG em relação ao Dia do Patrimônio, a instalação intitulada “Alameda São Francisco: O rio inunda a cidade” foi montada na alameda central da Praça da Liberdade e ficou aberta à visitação entre 24 de outubro e 02 de novembro. Através de um processo colaborativo entre os técnicos do IEPHA/MG e os curadores da exposição, fotografias produzidas durante a pesquisa foram selecionadas para exibição em 17 totens dispostos na Praça e também na Fachada Digital do Espaço do Conhecimento UFMG.

Além da instalação, a exposição contou com a presença de artesãos, mestres e praticantes de bens culturais do Rio São Francisco que foram inventariados. Participaram

José de Souza Araújo, do município de Manga, que conversou sobre e apresentou o modo de fazer redes de pesca; Antônio José Raposo com o modo de fazer viola do município de São Francisco; Manuel Batista, Agenor Guacho e Neto Guacho (filho) com o modo de fazer roncoio; Luíza Rodrigues da Silva, benzedeira de São Francisco; João Damascena de Almeida com um grupo de 15 pessoas que fazem parte do Rei dos Temerosos de Januária; Olímpio Gonçalves da Silva, Valeriano e mais 15 pessoas do Batuque de Ponto Chique; e Celia Xakriabá e mais dois integrantes de sua aldeia com a pintura corporal e arte gráfica Xakriabá, de São



Figura 52: Material divulgação exposição.
Fonte: IEPHA/MG Inventário Cultural de proteção do Rio São Francisco.

João das Missões.

INVENTÁRIO CULTURAL DE PROTEÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

4.3 Participações em eventos

O projeto de Inventário Cultural do Rio São Francisco foi apresentado em três eventos acadêmicos, nos anos de 2014 e 2015. A participação nesses encontros de pesquisa e intercâmbio entre pesquisadores, professores, alunos e outros profissionais da área do patrimônio cultural contribuiu para a divulgação e promoção do Inventário e dos bens culturais do Rio São Francisco.

Entre 17 e 19 de setembro de 2014, foi realizado o seminário “Paisagem Cultural como Patrimônio”. Organizado pelo IEPHA/MG, o evento contou com a presença de estudiosos de diversos estados brasileiros e outros países que compartilharam experiências de gestão do patrimônio cultural. Em uma mesa redonda que debateu casos do IEPHA/MG, o Projeto São Francisco foi apresentado com o objetivo de discutir a produção do Inventário para a identificação dos bens culturais da região e para a proposição de Plano de Salvaguarda com a indicação de bens a serem registrados e tombados.

No ano seguinte, o projeto do Inventário Cultural foi discutido no *IV ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA – EPHIS* da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, entre 12 e 15 de maio de 2015. O evento foi um espaço de debate de produções discentes nas áreas afins da história que contou com mais de 390 trabalhos inscritos distribuídos em vinte simpósios temáticos, dentre eles “Patrimônios Culturais: Olhares Diversos”. Nesse encontro, apresentou-se a comunicação “Os sistemas culinários no sertão mineiro: História, alimentação e patrimônio cultural” que teve como objeto de pesquisa o sistema culinário do Rio São Francisco. A partir das fichas de inventário de Modos de Fazer – Alimentos e Saberes e Ofícios, o trabalho se propôs a pensar como as pesquisas históricas legitimam os significados simbólicos da alimentação enquanto traço cultural identitário do sertão mineiro e, sobretudo, enquanto patrimônio cultural.

O Inventário também foi apresentado no *XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - Lugares dos Historiadores: Velhos e Novos Desafios*, ocorrido entre os dias 27 e 31 de julho de 2015, em Florianópolis/SC. Dirigido pela Associação Nacional de História – ANPUH, esse simpósio constitui-se como a principal reunião de estudiosos e pesquisadores da área da história. Com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG, a comunicação intitulada “Pelos meandros do rio: um olhar sobre o Patrimônio

INVENTÁRIO CULTURAL DE PROTEÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Cultural do São Francisco em Minas” teve como intuito refletir sobre os caminhos percorridos no processo do Inventário, desde os recortes da pesquisa, os mecanismos de participação social, resultados em geral e as perspectivas de desdobramento do projeto. Atentou-se para a importância do Inventário na identificação, conhecimento e preservação dos bens culturais da região do Rio São Francisco, que ainda não haviam sido sistematizados pelos mecanismos do patrimônio cultural do estado.

5 CONCLUSÃO

O percurso desenvolvido durante a pesquisa no São Francisco resultou em interações, articulações, aprendizados, avanços e descobertas em diversas áreas. Foram diversos os pontos de interação que podemos reunir nos seguintes eixos: aspectos institucionais, técnicos, do objeto e da relação com a comunidade.

No aspecto institucional, a execução do *Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural do Rio São Francisco* resultou na consolidação e ampliação da atuação do IEPHA/MG no norte de Minas. As diversas parcerias construídas durante a pesquisa, especialmente com o MPMG e a UNIMONTES, demonstraram o caráter aglutinador do projeto e evidenciaram a necessidade cada vez maior de ações consorciadas entre diferentes instituições e entes federados. Os frutos da articulação com o NUHICRE/UNIMONTES extrapolaram o escopo original do projeto e, certamente, apontam caminhos para ação das duas instituições na preservação e salvaguarda do patrimônio cultural da região.

Em relação ao caráter técnico do inventário do São Francisco, o grupo formado por professores, mestres, doutores e alunos de diferentes áreas do conhecimento como a história, antropologia, geografia, letras, música e arquitetura, permitiu a troca de conhecimentos e o enriquecimento do trabalho como um todo. Em resumo, por um lado, houve crescimento técnico do IEPHA/MG, com a incorporação de ferramentas de interação com a comunidade, notadamente utilizadas pela Unimontes. Por outro, o IEPHA/MG conseguiu horizontalizar com a academia as perspectivas do patrimônio. Dessa provocadora interação, conceitos e metodologias foram revistos e ajustados no intuito de construir uma plataforma comum.

Do ponto de vista do objeto, ou seja, o sítio do Rio São Francisco, os avanços foram os mais visíveis. O produto do inventário, revelou quantidade e potencialidade inimagináveis

INVENTÁRIO CULTURAL DE PROTEÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

ao início da pesquisa. Desvelou-se um manto que escondia, ao menos aos nossos olhos, uma riqueza cultural e social que merece maior atenção do estado e da sociedade. As festas, os sabores, as construções, os ritmos, as comunidades, os marcos naturais, as paisagens e os causos, constituem o patrimônio cultural da região. Tal patrimônio, além de conferir identidades, demonstra uma vivência e uma forma de se relacionar com o espaço, muito específicas do norte mineiro. Nesse sentido, as proposições para a proteção e salvaguarda, apontadas nesse relatório, visam afinal, garantir a manutenção dessas práticas tomando o indivíduo em sua totalidade, e como ponto central no qual as políticas públicas do patrimônio cultural devem interagir.

Por fim, e certamente, o mais marcante em todo o inventário foi que a experiência no rio São Francisco apontou que é possível a construção de um patrimônio cultural alicerçado na participação social. A coparticipação entre sociedade civil e poder público, tão necessária e tão buscada ultimamente foi, ao menos em parte, alcançada. Mesmo com todas as dificuldades que essa interação representa para a natureza rígida das instituições públicas. Nessa perspectiva, o *Inventário Cultural de Proteção do Rio São Francisco*, abriu a possibilidade de se pensar em práticas institucionais mais próximas da população e dos contextos sociais. Além disso, forçou o inevitável e salutar encontro entre estado e sociedade.

Finalmente, desde as primeiras viagens exploratórias realizadas pela equipe do IEPHA/MG, passando pelos parceiros da Unimontes, pela mobilização da população local, pelos diversos encontros técnicos com a comunidade, pela produção de fotos, textos, áudios e vídeos; e chegando aos produtos finais com livros, artigos e publicações. Pode-se dizer que o inventário se tornou uma referência para uma mudança de paradigma no trato da instituição com o patrimônio cultural.

INVENTÁRIO CULTURAL DE PROTEÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO**6 REFERÊNCIAS**

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS (Brasil); UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Relatório executivo*. Bacia do Rio São Francisco - Plano Nacional de Integração Hidroviária. Brasília, fev. 2013. Disponível em: <<http://www.antaq.gov.br/portal/PNIH/BaciaSaoFrancisco.pdf>>. Acesso em: 15 de abr. 2016.

BORGES, Maristela, Corrêa. *Os errantes do sagrado: uma geoantropologia dos tempos e espaços de criadores populares de cultura em São Romão, norte de Minas Gerais*. 2010. 244f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Uberlândia, 2010.

BRASIL. Decreto n. 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. *Diário Oficial da União*, Brasília, 8 de ago. 2007.

CAVALCANTI, Maria Laura; FONSECA, Maria Cecília Londres. *Patrimônio Imaterial no Brasil*. Brasília: UNESCO, Educarte, 2008.

CENTRO NACIONAL DE FOLCLORE E CULTURA POPULAR. *Tesouro de Folclore e Cultura popular*. Disponível em <<http://www.cnfcp.gov.br/tesouro/00001916.htm>> Acesso em 05 out. 2015.

COSTA, João Batista A. *Mineiros e Baianeiros: Englobamento, Exclusão e Resistência*. 2003. 334f. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Brasília. 2003.

DIAMANTINO, Deniston. *Documentário Sentinela – rituais fúnebre no Brasil Sertanejo*. Brasil: Opará vídeos, 2003.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 11. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro: Museu, Memória e Cidadania, 2007.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro; Ed. UFRJ: Ministério da Cultura: IPHAN: 1996.

HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva e o Espaço. In. *A Memória Coletiva*. Ed. Vértice, 1990.

MINAS GERAIS. Decreto: nº24.324, de 22 de março de 1985. Aprova o tombamento das ruínas da Igreja Bom Jesus de Matozinhos, localizadas no distrito de Guaicuí, município de Várzea da Palma. Minas Gerais Diário do Executivo – Minas Gerais, 23 mar.1985. Disponível em: <<http://goo.gl/na8r3u>>. Acesso: 14 de abr. de 2016.

INVENTÁRIO CULTURAL DE PROTEÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA/MG. *Inventário Cultural de Proteção do Rio São Francisco*. Belo Horizonte: IEPHA/DPM/GPI, 2016. 926p.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA/MG. *Fontes para a pesquisa das referências culturais* - Inventário Cultural de Proteção do Rio São Francisco. Belo Horizonte: IEPHA/DPM/GPI, 2016. 594 p.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA/MG. *Guia dos bens tombados*. 1.ed. Belo Horizonte: Margem 3 – Comunicação estratégica, 2011, v. 1, p. 57.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA/MG. *Portaria 36*, de 24 de outubro de 2008. Institui regionalização para fins de planejamento e execução das ações de preservação do patrimônio cultural mineiro, no âmbito do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 2008.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA/MG. *Patrimônio Cultural do Rio São Francisco* - Bens Culturais Materiais e Imateriais do Alto e Médio Vale. 2006.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA/MG. *Processo de Tombamento da Ponte Marechal Hermes*. Pirapora-Buritizeiro. Belo Horizonte, 1983.

MINAS GERAIS. Lei 13.803, de 27 de dezembro de 2000. Dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios. Minas Gerais. Diário do Executivo – 28 de dez. de 2010, Pág. 2, Col. 2.

MINAS GERAIS. Lei 556, de 30 de agosto de 1911. Dispõe sobre a divisão administrativa do Estado e contém outras disposições. Minas Gerais. Livro da Lei Mineira – 30 de ago. de 1911, Pág. 10 Col. 1.

LIMA, Rossini Tavares. *Moda de Viola: poesia circunstancial*. São Paulo: Departamento de Museus e Arquivos, 1997.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. In: *Serie Antropologia*. Nº 3222. Brasília: DAN/UNB. 2002.

MAHIAS, M-C. Cuisine. In: *Le dictionnaire de l'ethnologie et de l'anthropologie*, Paris: PUF, 1991.

MINAS GERAIS. Decreto 42.505 de 15 de abril de 2002. Institui as formas de Registros de Bens Culturais de Natureza Imaterial ou Intangível que constituem patrimônio cultural de Minas Gerais. Diário do Executivo – 26 de nov. de 2010, Pág. 1, Col. 1.

INVENTÁRIO CULTURAL DE PROTEÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

NETO, Nécio Turra. Espaço e Lugar no debate sobre Território. *Revista Geograficidade*. v. 5, n. 1, Verão 2015.

SOUZA, Alexandre Rodrigues de. *Família, poder e revolta em Minas no século XVIII*. In: ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Fortaleza, 2009. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0149.pdf>> Acessado em: 02 mar. 2015.

SOUZA, Alexandre Rodrigues de. *A rebelde do sertão: Maria da Cruz e o motim de 1736*. Varia História (UFMG. Impresso), v. 29, p. 453-475, 2013.

TINHORÃO, José Ramos. *História social da música popular brasileira*. Lisboa: Caminho, 1990.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Londrina: Eduel, 2012.

VILELA, Ivan. A viola em Minas Gerais. In: STARLING, Heloisa Maria Murgel; CARDIA, Gringo; ALMEIDA, Sandra Regina Goulart; MARTINS, Bruno Viveiros. *Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

VILELA, Ivan. Vem viola, vem cantando. *Estud. av.* vol.24, n.69, pp. 323-347, 2010.